

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras da Contax Participações S.A. e controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. Expansão e mudanças na estrutura societária
3. Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
4. Principais políticas e práticas contábeis
5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
6. Informação por segmento
7. Caixa e equivalentes de caixa
8. Caixa restrito
9. Contas a receber de clientes
10. Tributos a recuperar
11. Depósitos judiciais
12. Imposto de renda e contribuição social
13. Despesas antecipadas e demais ativos
14. Investimento em controladas
15. Imobilizado
16. Intangível
17. Debêntures
18. Empréstimos e financiamentos
19. Fornecedores
20. Programa de reestruturação de fornecedores
21. Salários, encargos sociais e benefícios
22. Obrigações com arrendamento mercantil
23. Tributos a recolher
24. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
25. Patrimônio líquido
26. Receita operacional
27. Resultado por natureza
28. Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas
29. Despesas com remuneração de colaboradores
30. Receitas (despesas) financeiras, líquidas
31. Lucro por ação
32. Pagamentos baseados em ações
33. Transações com partes relacionadas
34. Cobertura de seguros
35. Eventos subsequentes
36. Aprovação das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Contax Participações S.A. (“Contax” ou “controladora”), em conjunto com suas subsidiárias (“Companhia”) é uma das empresas líderes em *contact center* e em *Business Process Outsourcing* (“BPO”), especializada em soluções para gestão do relacionamento com o consumidor. A Companhia atua em toda a cadeia de relacionamento por meio de soluções remotas e presenciais.

A Contax é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&F Bovespa”), no segmento especial de listagem Nível 2, sob os *tickers*: CTAX3 (ON), CTAX4 (PN) e CTAX11 (“UNITS”), foi constituída em julho de 2000, tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. Atualmente a sua sede social está localizada na Avenida Paulista, 407 e 423 - 8º andar, no bairro de Bela Vista, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo.

A Companhia atua nas seguintes linhas de serviços que por sua vez estão divididas em três segmentos operacionais:

Contact Center & BPO:

- Relacionamento com clientes
- Relacionamento por meio de mídias sociais
- Cobrança
- *Life cycle management*

Tecnologia & Informação:

- Fábrica de software
- Gestão de ambiente de tecnologia da informação e comunicação (“TIC”)
- Parcerias em revendas de soluções / integrador
- Integrador e revendedor de soluções de TIC e gerenciamento das relações com clientes (“CRM”)

Trade Marketing:

- Presencial
- Treinamento
- *Marketing* promocional e de incentivo
- Vendas

Atualmente a Companhia opera no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos da América e Peru.

A tabela a seguir resume as participações societárias da Contax e de suas subsidiárias, bem como as atividades operacionais nas quais estão engajadas:

Nome	Atividade principal	País	31/12/2015	31/12/2014
Ability Comunicação Integrada Ltda.	<i>Trade marketing</i>	Brasil	100%	100%
Contax Mobitel S.A.	<i>Contact center</i>	Brasil	100%	100%
TODO Tecnologia da Informação S.A.	Tecnologia & Informação	Brasil	100%	100%
TODO Soluções em Engenharia e Tecnologia S.A.	Tecnologia & Informação	Brasil	100%	100%
Venecia SP Participações S.A. ^(a)	<i>Contact center</i>	Brasil	100%	100%
BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. ^(a)	Gestão e administração de	Brasil	100%	100%
Contax Sucursal Empresa Extranjera	<i>Contact center</i>	Argentina	100%	100%
Stratton Spain S.L. ^(b)	<i>Holding</i>	Espanha	100%	100%
Multienlace S. A. S.	<i>Contact center</i>	Colômbia	100%	100%
Stratton Peru S.A.	<i>Contact center</i>	Peru	100%	100%
Bex S.A.	<i>Contact center</i>	Argentina	100%	100%
Allus Spain S.L.	<i>Contact center</i>	Espanha	100%	100%
Allus Peru S.A.	<i>Contact center</i>	Peru	100%	100%
Stratton Argentina S.A.	<i>Contact center</i>	Argentina	100%	100%
Stratton Chaco S.A.	<i>Contact center</i>	Argentina	100%	100%
Stratton Nea S.A.	<i>Contact center</i>	Argentina	100%	100%
Stratton Res S.A.	<i>Contact center</i>	Argentina	100%	100%

(a) Empresa dormente.

(b) Empresa em processo de venda (nota explicativa 1.2)

No Brasil a Companhia opera 40 unidades, sendo, 30 sites em 11 Estados, conforme apresentados abaixo:

#	Site	Tipo	UF	Cidade
1	BOA VIAGEM	Operacional	BA	Salvador
2	CABULA	Operacional	BA	Salvador
3	COMÉRCIO	Operacional	BA	Salvador
4	FONTE NOVA	Operacional	BA	Salvador
5	BORGES DE MELO	Operacional	CE	Fortaleza
6	NASCENTE	Operacional	CE	Fortaleza
7	PRADO II	Operacional	MG	Minas Gerais
8	JOÃO PESSOA	Operacional	PB	João Pessoa
9	AURORA	Operacional	PE	Recife
10	SANTO AMARO	Operacional	PE	Recife
11	LUIGI AMORESE	Operacional	PR	Londrina
12	NITERÓI	Operacional	RJ	Niterói
13	ENGENHO DE DENTRO	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
14	MACKENZIE	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
15	MAUÁ	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
16	RIO COMPRIDO	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
17	SÃO CRISTÓVÃO	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
18	NA VEGANTES	Operacional	RS	Porto Alegre
19	ELEKTRO	Operacional	SP	Campinas
20	HICHAM	Operacional	SP	Campinas
21	ALEGRIA	Operacional	SP	São Paulo
22	ANTÁRTICA	Operacional	SP	São Paulo
23	AUGUSTA	Operacional	SP	São Paulo
24	RIO BRANCO	Operacional	AC	Acre
25	TODO! ALPHA VILLE	Administrativo	SP	Alphaville
26	PAULISTA 407	Administrativo	SP	São Paulo
27	TODO! SP ^(a)	Administrativo	SP	São Paulo
28	CTC - RECIFE (ESTAÇÃO DO CONHECIMENTO)	Centro de Treinamento	PE	Recife
29	CTC - DOM PEDRO ^(a)	Centro de Treinamento	SP	São Paulo
30	CTC BRASIL TRAINING	Centro de Treinamento	CE	Fortaleza

(a) Sites ociosos que estão no plano para desmobilização futura, sendo que os planos de desmobilização estão sendo ampliados e mais sites deverão ser incluídos no programa.

No exterior a Companhia opera 26 unidades, sendo, 20 sites operacionais e 6 sites administrativos, conforme apresentados abaixo:

#	Site	Tipo	Cidade	País
1	Site 1	Operacional	Cordoba	Argentina
2	Site 6	Operacional	Cordoba	Argentina
3	Site 7	Operacional	Mendoza	Argentina
4	Site 8	Operacional	Resistencia	Argentina
5	Site 9	Operacional	Resistencia	Argentina
6	Ed. Bancafe	Operacional	Medellin	Colômbia
7	Ed. Banrepubica	Operacional	Medellin	Colômbia
8	Ed. Bancolombia	Operacional	Medellin	Colômbia
9	Ed. Edatel	Operacional	Medellin	Colômbia
10	CEOH	Operacional	Medellin	Colômbia
11	Puerto Seco I e II	Operacional	Medellin	Colômbia
12	Av Dorado	Operacional	Bogotá	Colômbia
13	Buro 24	Operacional	Bogotá	Colômbia
14	Acciones y Servicios	Operacional	Cali	Colômbia
15	Acciones y Servicios	Operacional	Barranquilla	Colômbia
16	Monteria	Operacional	Monteria	Colômbia
17	Popular	Operacional	Medellin	Colômbia
18	Piso 34 Ed Bancafé	Operacional	Medellin	Colômbia
19	Interbolsa	Operacional	Medellin	Colômbia
20	Site 1	Operacional	Lima	Peru
21	Site 2	Operacional	Lima	Peru
22	Site 3 Temporal	Operacional	Chiclayo	Peru
23	Headquarters	Administrativo	Cordoba	Argentina
24	Depósito Yapeyú	Administrativo	Cordoba	Argentina
25	Depósito Galería San Martín	Administrativo	Cordoba	Argentina
26	Cra 8	Administrativo	Bogotá	Colômbia
27	Ed. Rose Street	Administrativo	Medellin	Colômbia
28	Telecom	Administrativo	Medellin	Colômbia

No exercício de 2015, a Companhia desmobilizou 19 sites, as quais estão identificados abaixo:

#	Site	UF
1	RANGEL PESTANA - VECTOR	CE
2	VISCONDE DO RIO BRANCO - VECTOR	CE
3	PASSEIO - MATRIZ - CPD	RJ
4	CTC - TREINAMENTO - CAMPINAS	SP
5	CTC - CCOMÉRCIO (ORBITAL)	BA
6	ACCTIVA - ASD	RJ
7	INHAÚMA	SP
8	BENEDITINOS	RJ
9	PRINCIPE	PE
10	PRADO I	MG
11	CONQUISTA	PE
12	JOINVILLE	SC
13	BAHAMAS	SP
14	LAPA	SP
15	PAULISTA 07	SP
16	ABILITY TRADE MARKETING - DF	DF
17	ABILITY TRADE MARKETING - CURITIBA	PR
18	BOTAFOGO - RJ	RJ
19	ABILITY TRADE MARKETING - SP	SP

A Companhia não apresenta efeito de sazonalidade significativa em suas operações.

1.1. Estrutura de capital da Companhia e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$725.904 (R\$56.943 em 31 de dezembro de 2014).

O crescimento na posição negativa do capital circulante líquido está relacionado principalmente aos vencimentos das debêntures emitidas em 29 de agosto de 2014. Essas debêntures, conforme contrato, está classificadas no curto prazo em função do vencimento e cronograma de pagamentos.

No entanto, em 19 de janeiro de 2016, foi celebrado acordo de debenturistas e os vencimentos passaram para longo prazo, com vencimentos finais unificados em dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2015 o endividamento consolidado de longo prazo representava 45,11% (73,47% em 31 de dezembro de 2014) do endividamento financeiro bruto com prazo médio de liquidação superior a 2,4 anos.

Como parte do plano de gestão e alongamento da dívida, iniciado em agosto de 2014, a Administração tomou as seguintes medidas:

- renegociou o prazo de pagamento junto aos principais fornecedores;
- por meio da sua subsidiária sediada na Colômbia promoveu uma captação de empréstimo no valor de R\$116.198 (US\$34,722);
- aprimorou os controles sobre o contas a receber incorrendo em uma melhoria de 5pp na posição de vencidos em relação a dezembro de 2014; e
- de forma a se adequar aos novos níveis de demanda, principalmente relacionada ao seu principal cliente a Companhia efetuou uma redução no quadro de colaboradores da ordem de 20.925 e promoveu o encerramento das operações em 19 sites (Rangel Pestana, Visconde do Rio Branco, Inhaúma, Passeio Matriz CPD, CTC Comércio, CTC Tamoios e CTC Treinamento Campinas, Príncipe, Acctiva ASD, Prado I, Conquista, Joinville, Bahamas, Lapa, Paulista 07, Ability/DF, Ability/Curitiba, Ability/SP e Botafogo).

No final do 3º trimestre de 2015, a Companhia iniciou negociações junto a seus credores financeiros visando o reperfilamento de seu endividamento financeiro. Em tal processo, a Companhia realizou assembleias gerais de debenturistas de suas emissões de debêntures e reuniões com seus credores financeiros no período de novembro de 2015 a março de 2016, as quais tiveram como consequência a conclusão do reperfilamento de sua dívida financeira. O reperfilamento resultou, principalmente:

- (i) na postergação da data de início de amortização dos montantes do principal de seu endividamento financeiro, a qual será realizada a partir de 2018, com término em 2021;
- (ii) na postergação da data de início de pagamento de juros de seu endividamento financeiro, o qual será realizado a partir de 2017, com término em 2021;
- (iii) na dispensa de leitura dos indicadores financeiros da Companhia (“*covenants* financeiros”) a partir do 3º trimestre de 2015 (inclusive) até o 4º trimestre de 2016 (inclusive);
- (iv) na alteração dos índices financeiros da Companhia a serem verificados a partir do 1º trimestre do exercício social de 2017, conforme os percentuais da tabela abaixo:

Covenant Financeiro composto pela divisão da Dívida Líquida da Companhia pelo Ebitda:

Demonstrações financeiras relativas ao exercício social de:	Índice (<i>ratio</i>) resultante da apuração do Índice Dívida Líquida / Ebitda aplicável em razão igual ou inferior a
2017	5,25 vezes
2018	4,25 vezes
2019	3,50 vezes
a partir de 2020	3,00 vezes

Covenant Financeiro composto pela divisão da Dívida Líquida da Companhia pela Despesa Financeira:

Demonstrações financeiras relativas ao exercício social de:	Índice (<i>ratio</i>) resultante da apuração do Índice Dívida Líquida / Ebitda aplicável em razão igual ou inferior a
2017	1,25 vez
2018 e 2019	1,50 vez
a partir de 2020	1,65 vez

- (v) na aprovação de inclusão de mecanismo de sobretaxa incidente sobre a remuneração das debêntures de emissão da Companhia nas respectivas escrituras das debêntures emitidas pela Companhia, denominada “Mecanismo de Step Up”, a qual será aplicada com base no resultado financeiro das operações da Companhia no Brasil (“EBITDA Brasil”)
- (vi) na realização de um empréstimo subordinado, pela CTX para a Companhia, no valor total de R\$45.460 (“Dívida Subordinada”), a qual será representada por instrumento de dívida ou debênture subordinada a todas as demais dívidas da Companhia, com juros capitalizados até a data de pagamento e exigível após o pagamento integral dos credores da dívida financeira da Companhia.
- (vii) na assunção de obrigação pela Companhia de realizar uma emissão privada de debêntures conversíveis subordinadas caso o Aumento de Capital (conforme abaixo definido) não atinja o montante de R\$200 milhões, sendo que a Companhia obteve o compromisso dos sócios Andrade Gutierrez S.A. e da Fundação Atlântico de Seguridade Social em

subscriver no âmbito desta emissão um valor agregado correspondente a diferença entre (a) R\$ 200 milhões e (b) a soma de (b.i) o valor efetivo do Aumento de Capital (incluindo os valores convertidos da Dívida Subordinada e de outros créditos eventualmente convertidos em ações) mais (b.2) o saldo da Dívida Subordinada não convertido em capital, valor agregado este limitado ao máximo, em qualquer hipótese, de R\$54.540 (“Compromisso de Subscrição”).

- (viii) no compromisso da Companhia em propor à assembleia geral de acionistas que não seja realizada a distribuição de recursos aos seus acionistas, seja através de dividendos (incluindo o dividendo mínimo obrigatório) ou juros sobre capital próprio, enquanto o índice financeiro da Companhia composto pela divisão da Dívida Líquida da Companhia pelo EBITDA da Companhia não for igual ou inferior a 2,00 vezes, sob pena de aplicação de multa compensatória no montante equivalente a 2% ao ano, base 252 dias úteis, sobre o saldo devedor das debêntures de emissão da Companhia, sem prejuízo da possibilidade de declaração, pelos debenturistas das debêntures de emissão da Companhia, do vencimento antecipado, de forma não automática, da dívida representada por tais debêntures, observado que tais limitações não se aplicam ao pagamento dos dividendos declarados na assembleia geral ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, exceto no que se refere a quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio que venham a ser recebidos pela CTX, Andrade Gutierrez, Jereissati Telecom S.A. e Fundação Atlântico, declarados em tal AGO, os quais deverão ser imediata e integralmente utilizados para a realização de um empréstimo subordinado à Companhia representado por instrumento de dívida ou debênture subordinada a todas as demais dívidas da Companhia, com juros capitalizados até a data de pagamento, o qual somente será exigível após o pagamento integral dos credores financeiros da Companhia que participaram do reperfilamento;
- (ix) na aprovação da alienação da Divisão Allus pelos credores financeiros da Companhia, sendo que os recursos provenientes desta alienação, após deduzidos custos e impostos relacionados à transação, que superem R\$200 milhões, e que sejam imediatamente disponíveis para a Companhia, serão destinados à redução de seu endividamento financeiro através da amortização extraordinária ou liquidação antecipada dos respectivos instrumentos que compõem sua dívida financeira;
- (x) na assunção de obrigação pela Companhia em realizar, até 31 de maio de 2016, um aumento de seu capital social, nos termos da Instrução CVM 476, no valor de R\$200 milhões (“Aumento de Capital”), observado que, anteriormente ao Aumento de Capital, a Companhia assumiu a obrigação de (i) convocar uma assembleia geral extraordinária para eleger novos membros de seu conselho de administração e (ii) imediatamente após a eleição dos novos membros de seu conselho de administração, emendar seus melhores esforços para realizar a migração da Companhia do segmento especial de listagem Nível 2 para o segmento especial de listagem do Novo Mercado da BM&F Bovespa. Os valores provenientes do Aumento de Capital também deverão ser destinados pela Companhia à redução de seu endividamento financeiro; e

- (xi) na assunção de obrigação pela Companhia em realizar, até 30 de abril de 2016, a emissão de um novo instrumento financeiro unificado para todos os credores de seu endividamento financeiro, na forma de debêntures simples, para a migração dos debenturistas das emissões de debêntures da Companhia que assim desejarem e se manifestarem, conforme condições que venham a ser estabelecidas de comum acordo com os debenturistas das emissões de debentures da Companhia à época de emissão de tal instrumento (“Instrumento Unificado”). O Instrumento Unificado tem sua emissão condicionada à um nível de adesão mínimo de 50% dos debenturistas da primeira, segunda e terceira emissões de debêntures da Companhia, considerados em conjunto, e deverá ser emitido na forma de debêntures simples, em duas séries, de forma que (a) a primeira série faça jus a uma remuneração acumulada equivalente a 100% das taxa médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 dia, bases 252 dias úteis, acrescida de um spread de 1,25% ao ano, e (b) a segunda série faça jus a uma remuneração equivalente à media aritmética das taxas de fechamento das Notas do Tesouro Nacional do Brasil (NTN-B) com vencimento em 15 de agosto de 2022, acrescidas de um spread de 1,25% ao ano, bases 252 dias úteis

Na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 29 de dezembro de 2015, seus acionistas aprovaram a suspensão do pagamento no ano de 2015, dos dividendos declarados na assembleia geral ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, no montante de R\$ 24.162, tendo em vista a modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração. A suspensão do pagamento perdurará até que a situação financeira da Companhia permita o seu pagamento, sendo que até o encerramento do exercício de 2016, a Administração da Companhia deverá submeter à aprovação da assembleia geral de acionistas a manutenção ou não da suspensão do pagamento dos referidos dividendos declarados, conforme a evolução da situação financeira da Companhia ao longo do exercício de 2016, em função da implementação de medidas administrativas e financeiras a serem adotadas pela Administração da Companhia, entre as quais a conclusão da venda da Divisão Allus e do alongamento de seu endividamento financeiro. O valor dos dividendos suspensos será atualizado conforme aprovado na assembleia ordinária que o declarou e, a partir do dia 1º de janeiro de 2016 até a data do efetivo pagamento, com base na variação do CDI, a título de remuneração pela postergação do pagamento dos referidos dividendos.

1.2. Processo de venda da divisão “Allus”

A Companhia iniciou um processo de venda de sua divisão “Allus”, com operações na Argentina, Peru e Colômbia e planeja concluir a operação no primeiro semestre de 2016. Todos os atos requeridos para implementação da operação serão submetidos às aprovações societárias e oportunamente comunicadas ao mercado nos termos da legislação aplicável.

Em fato relevante divulgado ao mercado em 12 de novembro de 2015, a Companhia informa ainda que o processo de venda organizado da divisão “Allus” segue satisfatoriamente dentro do cronograma original.

2. EXPANSÃO E MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Inicialmente, a Contax foi criada para atender as demandas de contact center da Oi S.A. e suas controladas e coligadas (anteriormente denominada Telemar Norte Leste S.A.), concessionária de serviços de telecomunicações. No entanto, ao longo dos anos, a Contax ampliou e diversificou sua carteira de serviços, apresentando forte crescimento em clientes de alto volume e complexidade tendo se consolidado como uma das maiores empresas do mercado de serviços corporativos do Brasil e do mundo.

O crescimento operacional da empresa passa por uma série de mudanças societárias decorrentes de aquisições, cisões e incorporações, das quais as mais importantes ocorridas nos últimos anos estão destacadas a seguir:

Em Outubro de 2008, a Companhia investiu em uma nova subsidiária, a TODO BPO Soluções em Tecnologia S.A. (“TODO”), passando a deter 80% de participação societária.

Em novembro de 2009 a Contax adquiriu a BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC”), objetivando o desenvolvimento e a execução do projeto imobiliário inserido no programa de incentivos seletivos para região adjacente à estação da Luz, na área central do município de São Paulo.

Em setembro de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Ability”), inserindo-se no segmento de trade marketing.

Ainda em setembro de 2010, a Companhia estabeleceu sua filial na Argentina, a Contax Sucursal Empresa Extranjera (“Contax Argentina”), iniciando suas operações internacionais.

Em abril de 2011, a Contax deu mais um passo importante na internacionalização de suas operações com a aquisição de 100% do capital do Grupo Allus, uma das maiores empresas de contact center da América Latina, com operações na Argentina, Colômbia e Peru e atividades comerciais offshore nos Estados Unidos da América, Chile e Espanha. O valor pago pela aquisição foi de R\$246.262.

Em julho de 2011, ocorreu outro movimento societário importante com a aquisição da Dedic GPTI, atualmente sob a denominação de Contax Mobitel S.A., uma das maiores empresas de contact center e tecnologia da informação do Brasil, anteriormente controlada pela Portugal Telecom. Foi aprovada em assembleia geral extraordinária, a incorporação de ações desta pelo valor total de R\$118.097.

Com esta união, a Contax deu prosseguimento à expansão de seus negócios de contact center e acelerou sua consolidação no mercado de tecnologia da informação, que havia sido iniciado com o investimento na TODO.

Em 2012, a Companhia deu início às operações de trade marketing na Colômbia, aproveitando as oportunidades de venda cruzada junto aos clientes do Grupo Allus com a criação da subsidiária Ability Trade e Marketing Colômbia S.A.S. (“Ability Colômbia”).

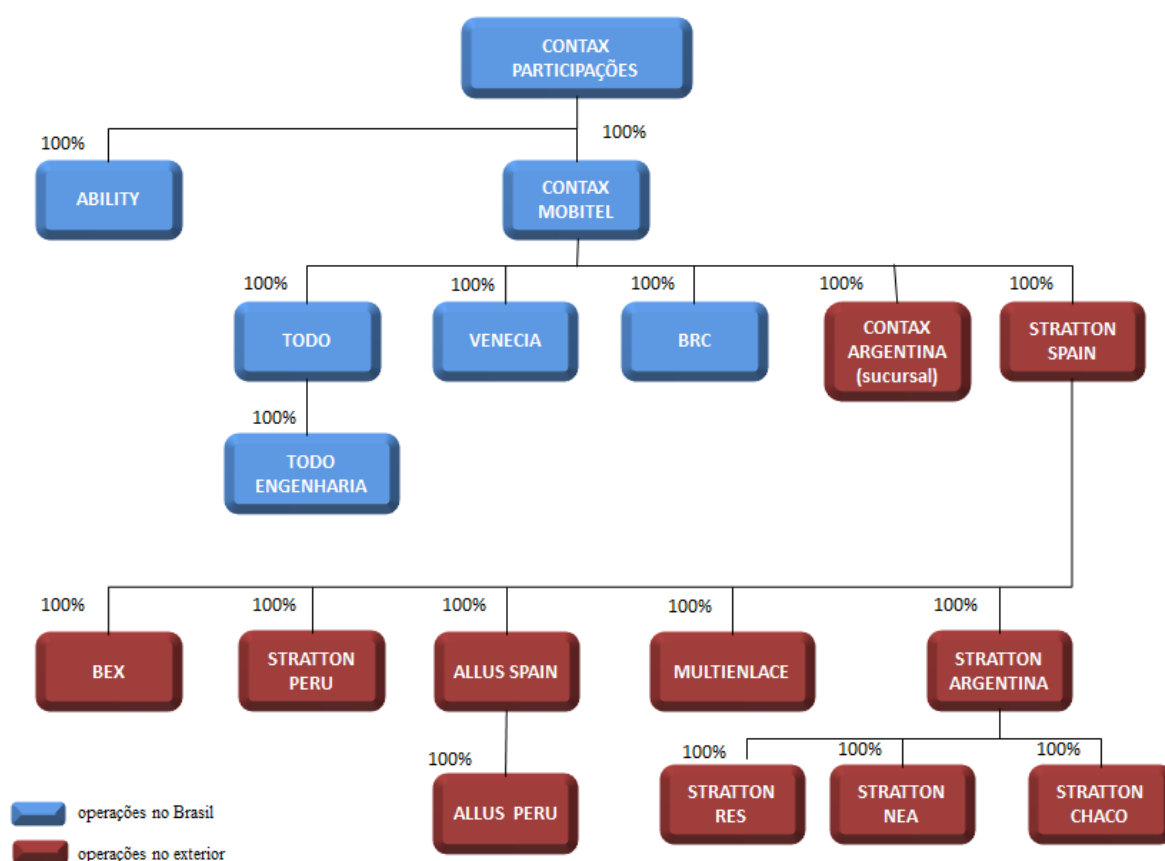
Em abril de 2013, foi aprovada pelos acionistas a incorporação de uma parcela cindida do patrimônio líquido da controladora, CTX Participações, pela controlada, Contax. Tal incorporação foi proposta pelos acionistas minoritários Skopos e Credit Suisse Hedging-Griffo com o objetivo de permitir a migração da Contax para o segmento especial de listagem Nível 2 da BM&F Bovespa.

Adicionalmente, em 26 de abril de 2013 foi concluída a aquisição de 20% das ações de emissão da TODO detidas até então por acionistas minoritários, gerando ágio no montante de R\$33.237, registrado no patrimônio líquido. Com essa operação a Contax passou a deter a totalidade das ações de todas as suas subsidiárias.

Em maio de 2013, a Stratton Spain adquiriu por meio da sua controlada Stratton Argentina a Stratton Nea S.A. (“Stratton Nea”), empresa localizada na província de Chaco. A Stratton Nea foi adquirida pelo montante de ARS24.950. Esta aquisição objetivou pleitear benefício fiscal para as atividades de contact center na província de Chaco, Argentina.

Em 1º de julho de 2014 a Companhia promoveu a incorporação reversa de sua subsidiária integral, a Contax S.A., pela sua outra subsidiária integral, a Contax-Mobitel S.A., com o objetivo de simplificação da estrutura subsidiária e aproveitamento de sinergias operacionais entre as subsidiárias. A incorporação não acarretou qualquer variação patrimonial na Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, a estrutura societária da Companhia e de suas controladas está apresentada a seguir:



3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), estando totalmente em convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas trimestralmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais:

- Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- Contraprestação contingente oriunda de aquisição de participação societária; e
- Obrigação decorrente de pagamento baseado em ações.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

- 4.1 Consolidação: as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Contax e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a Contax e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, está destacada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia aplicou a Deliberação CVM nº 640/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 (R2), que trata dos Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. De acordo com essa deliberação, a Companhia deve aplicar os critérios apresentados no item 4.2 na consolidação de subsidiárias no exterior.

- 4.2 Moeda funcional: as demonstrações financeiras de cada subsidiária incluída na consolidação são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera. As subsidiárias no exterior adotam o Real como moeda funcional.

As demonstrações financeiras das controladas no exterior são convertidas para Reais,

utilizando-se os seguintes critérios:

- Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês; e
- Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados no patrimônio líquido no grupo de outros resultados abrangentes.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Taxa final		
Euro (€)	4,2504	3,2270
Peso Argentino (AR\$)	0,3017	0,3172
Peso Colombiano (COP\$)	0,0012	0,0011
Novo Sol (S/.)	1,1505	0,8873
Dolar dos EUA (US\$)	3,9048	2,6562
Taxa média		
Euro (€)	4,2158	3,2525
Peso Argentino (AR\$)	0,3507	0,3091
Peso Colombiano (COP\$)	0,0012	0,0011
Novo Sol (S/.)	1,1450	0,8913
Dolar dos EUA (US\$)	3,8711	2,6394

- 4.3 Investimentos: nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.
- 4.4 Combinação de negócios: são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

- 4.5 Informação por segmento: um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou três segmentos divulgáveis que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação. Os segmentos divulgáveis identificados representam principalmente características específicas de cada negócio. Para o gerenciamento do caixa, a Companhia não efetua alocação para cada segmento, considerando um caixa único para os três segmentos.
- 4.6 Caixa e equivalentes de caixa: compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.
- 4.7 Caixa restrito: Os recursos financeiros dados em garantia de operações de empréstimos, não disponíveis para a Companhia são registrados como caixa restrito.
- 4.8 Instrumentos financeiros: os ativos e os passivos financeiros são contabilizados na data em que estes são entregues à Companhia (data de liquidação) e nesta data classificados de acordo com a finalidade para que foram adquiridos ou contratados, sendo classificados nas seguintes categorias: aplicações financeiras, empréstimos, recebíveis, derivativos e outros.
- 4.8.1 Aplicações financeiras: são ativos financeiros que compreendem títulos de renda fixa públicos e privados, classificados e registrados de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Companhia não possuía ativos classificáveis nessa categoria.
- 4.8.2 Empréstimos e recebíveis: são passivos e ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos e ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- 4.9 Contas a receber de clientes e outros recebíveis: são registradas pelos valores correspondentes aos serviços prestados com aceite do cliente que podem estar faturados na data de encerramento das demonstrações financeiras ou não, deduzidas das provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídos analisando-se a capacidade de liquidez individualizada de cada cliente, considerando-se as garantias fornecidas pelos clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

- 4.10 Depósitos judiciais: No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não alcançáveis pela Companhia pendentes de decisão judicial.

- 4.11 Ativo imobilizado: apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização, de acordo com a Deliberação CVM nº 672/11.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil, requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução destas tecnologias podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Deliberação CVM nº 639/10 requer que seja realizada avaliação da recuperação de todos os itens integrantes deste subgrupo sempre que houver indício de perda, visto que nenhum item deve permanecer registrado por valor maior que o valor de realização, seja pela venda ou pelo uso. A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de *impairment* através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada. A recuperação dos investimentos no ativo imobilizado foi testada em 2015 não sendo identificados ajustes para refletir perda no valor recuperável. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos divulgados na nota 16.1.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

4.12 Ativo intangível: os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação à perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

A avaliação da recuperação dos ágios realizada anualmente, considera premissas e julgamentos divulgados na nota explicativa 16.1. Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

4.13 Impostos e contribuições sobre o lucro: no Brasil compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os resultados apurados nas subsidiárias no exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas locais, conforme abaixo:

País	Alíquota - %
Argentina	35
Colômbia	34
Peru	28

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base

fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11. Quando os estudos internos da Companhia indicar que a utilização futura desses créditos, no prazo máximo de 20 anos com perpetuidade, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

- 4.14 Fornecedores: são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos, se aplicável, até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.
- 4.15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: as provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- 4.16 Arrendamento mercantil: as operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil do bem e a vigência do contrato, os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

- 4.17 Pagamento baseado em ações: a Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações de sua própria emissão. A Companhia adota as disposições da Deliberação CVM nº 650/10, reconhecendo como despesa, em base linear, o valor justo das opções, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido.

A despesa acumulada reconhecida reflete o período de aquisição adquirido e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de pagamento baseado em ações. Nenhuma despesa é reconhecida para as opções que não tenham iniciado o seu período de aquisição.

- 4.18 Capital social: corresponde ao valor obtido na emissão de ações. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, se houver, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

- 4.19 Ações em tesouraria: quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido e as ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, a diferença entre o valor contábil e o valor recebido é reconhecida como um aumento no patrimônio líquido na rubrica de reservas de capital. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

- 4.20 Lucro por ação: o cálculo do lucro básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

- 4.21 Apuração do resultado: o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

- 4.22 Receita de vendas: as receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços executados de acordo com contratos firmados junto aos clientes. Os serviços são faturados e/ ou

estimados de acordo com a sua natureza, a saber:

- Serviços de *telemarketing* e atendimento ao consumidor: a receita é auferida com base em tempo de conversação e/ou por preço fixo por posição de atendimento (“PAs”) disponibilizada ao cliente.
- Serviços de recuperação de crédito: a receita é auferida com base no percentual acordado com o cliente sobre os créditos recuperados junto aos clientes destes, somente após o reconhecimento pelo contratante que o crédito foi recuperado a receita é reconhecida.
- Serviço de desenvolvimento de *software* personalizado: a receita é auferida com base no estágio de desenvolvimento e também contemplam receitas com os serviços de manutenção (pós-venda).

Nas demonstrações financeiras consolidadas as receitas de vendas também estão líquidas das eliminações de vendas entre a Contax e suas subsidiárias, se houver.

4.23 Participação dos funcionários e administradores nos lucros: os funcionários têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.24 Pesquisa e desenvolvimento: gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão-de-obra e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

4.25 Custos e despesas: os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência estão representados principalmente por despesas com pessoal.

4.26 Receitas e despesas financeiras: as receitas financeiras abrangem os juros sobre montantes investidos, incluindo ativos financeiros disponíveis para venda, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem juros e correção monetária de empréstimos, financiamentos de outros passivos bem como variações cambiais.

4.27 Dividendos: o dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante, por ser considerado uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório.

4.28 Demonstração do valor adicionado: A Administração da Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais e consolidadas nos termos da Deliberação CVM nº 557/08, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP, para IFRS representam informação financeira adicional.

4.29 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: conforme divulgado na nota 3, no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos nos seguintes assuntos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- valor justo de instrumentos financeiros, vide nota 5;
- contas a receber de clientes e receita na prestação de serviços, vide notas 9 e 26;
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, vide nota 9;
- perda por redução ao valor recuperável de impostos, vide nota 12;
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida, vide notas 15 e 16;
- provisão para riscos tributários trabalhistas e cíveis, vide nota 24;
- transações com pagamento baseado em ações, vide nota 32;
- perdas por redução a valor recuperável de intangíveis, vide nota 16.1.

A Companhia revisa anualmente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.30 Pronunciamento novo ou revisado aplicado pela primeira vez em 2015:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em Julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do pronunciamento IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui o pronunciamento IAS 30. A norma introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, não sendo permitida a adoção antecipada. A administração está avaliando os impactos dos novos requerimentos em suas demonstrações financeiras.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado os quais são gerenciados ativamente em conformidade com a Política de Gestão de Risco Financeiro (“Política de Risco”).

A Política de Risco está sob a administração do Comitê Executivo, do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração e Diretoria Financeira, todos com papéis e responsabilidades claros e definidos, a saber:

Conselho de Administração: é o responsável pela aprovação da Política de Risco. Ademais, define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificados como aceitáveis para a Companhia em nome de seus acionistas;

Comitê Financeiro: é responsável pela execução da Política de Risco, por meio da supervisão do processo de gestão de risco, do planejamento e verificação dos impactos das decisões implementadas, assim como da avaliação e aprovação das estratégias de hedge e monitoramento dos níveis de exposição aos riscos de forma a garantir o cumprimento da Política de Risco;

Comitê Executivo: é responsável pela avaliação do posicionamento é responsável pela avaliação do posicionamento da Companhia para cada risco identificado, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho de Administração; e

Diretoria Financeira: tem como tarefa primordial o monitoramento, avaliação e comunicação dos riscos financeiros incorridos pela Companhia.

Ainda destaca-se da Política de Riscos a vedação à Companhia em contratar operações alavancadas em mercados derivativos, bem como a determinação que operações individuais de hedge estejam limitadas a 2,5% do patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de capital para garantir a continuidade de suas operações e maximizar o retorno aos acionistas, por meio da otimização de uso de instrumentos de dívida e de capital.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$699.967 (R\$56.943 em 31 de dezembro de 2014). A Administração tem enviado esforços e ações para reestruturar e o alongar o perfil da dívida, conforme detalhado na nota 1.1.

A Administração da Companhia acredita que os recursos financeiros disponíveis são suficientes para as necessidades de capital de giro e compromissos assumidos para os próximos 12 meses.

5.1.Administração do risco de liquidez

A Companhia está executando o plano de reestruturação da dívida, com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

							Controladora
							31/12/2015
	Fluxo de caixa						Acima de
	Valor contábil	contratual	2016	2017	2018	2019	5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	1.661	1.661	1.661	-	-	-	-
Debêntures	1.096.856	1.620.799	802.602	306.245	511.952		-
							Consolidado
							31/12/2015
							Acima de 5
	Valor contábil	contratual	2016	2017	2018	2019	2020
							anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos	466.495	482.125	140.301	90.057	78.787	57.972	57.894
Obrigações com arrendamento mercantil	8.979	8.979	2.013	1.991	1.965	3.009	-
Obrigações com arrendamento operacional	-	426.112	117.966	73.034	61.027	39.340	32.763
Fornecedores	243.049	243.049	243.049	-	-	-	-
Programa de reestruturação de fornecedores	63.124	63.124	63.124	-	-	-	-
Debêntures	1.096.856	1.357.937	684.666	225.526	447.745	-	-

5.2. Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, o gerenciamento deste risco se dá conforme apresentado abaixo:

- O risco de crédito relacionado às contas a receber é monitorado ativamente, por equipe dedicada. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.
- O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente possa ser contratada junto a instituições financeiras, com patrimônio líquido superior a R\$1.000.000 e classificação de risco melhor ou igual a “A” por agência conceituada.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista e aplicações financeiras com as seguintes instituições financeiras:

País	Instituição financeira
Argentina	Banco de Chaco, Banco Galicia, Banco Patagônia, Banco HSBC, Banco de la Provincia de Córdoba, Banco ICBC, Banco Macro, Banco Itaú e Banco Santander
Brasil	Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Caixa Geral de Depósitos, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco Citibank, Banco HSBC, Banco Safra, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Votorantim, BNP Paribas, BNDES
Colômbia	Bancolombia, Banco CorpBanca, Banco Davivienda, Banco BBVA e Helm Bank
Espanha	Banco HSBC
Peru	Banco de la Nación, Banco de Crédito, Banco BBVA e Interbank e Santander Peru

5.3. Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), divulgado em 31 de dezembro de 2015, o qual indicava as seguintes taxas como cenário provável:

Índice				Taxa estimada como cenário provável		
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"				14,12%		
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"				10,70%		
Taxa de Juros de Longo Prazo - "TJLP"				7,00%		
Controladora						
31/12/2015						
Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	6.743	CDI	14,14%	5.791	5.553	5.315
Debêntures	(575.487)	CDI	14,14%	(656.746)	(677.060)	(697.375)
Debêntures	(428.739)	IPCA	10,72%	(474.614)	(486.083)	(497.552)
Debêntures	(92.610)	TJLP	7,00%	(99.093)	(100.713)	(102.334)
Financiamentos	-	TJLP	7,00%	-	-	-
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(134.569)	(168.210)	(201.853)
Consolidado						
31/12/2015						
Instrumentos	Valor contábil	Encargos financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	369.517	CDI	14,13%	317.341	304.297	291.253
Debêntures	(575.487)	CDI	14,13%	(656.746)	(677.060)	(697.375)
Debêntures	(428.739)	IPCA	9,46%	(474.614)	(486.083)	(497.552)
Debêntures	(92.610)	TJLP	6,50%	(99.093)	(100.713)	(102.334)
Financiamentos	(241.287)	TJLP	6,50%	(258.177)	(262.400)	(266.622)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(202.683)	(253.353)	(304.024)

5.4. Administração de riscos cambiais

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
	Exposição total	
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	58.875	48.119
Contas a receber de clientes	179.503	130.892
Empréstimos e financiamentos	(177.133)	(38.204)
Fornecedores	(4.552)	(19.222)
Outros ativos e passivos, líquidos	(78.056)	(55.411)
	<u>(21.363)</u>	<u>66.174</u>
Exposição cambial em moeda estrangeira (em US\$)	(5.472)	16.113
Exposição cambial impactando o resultado (em US\$)	(45.370)	(14.383)
Exposição cambial impactando o patrimônio líquido (em US\$)	39.898	30.496
Exposição cambial em moeda estrangeira (em US\$)	<u>(5.472)</u>	<u>16.113</u>

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações de câmbio, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo BACEN, divulgado em 31 de dezembro de 2015, o qual indicava como taxa provável a paridade do US\$ para o R\$ equivalente a R\$3,90.

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2015				
Instrumentos	Valor contábil	Câmbio	Cenário I expectativa de mercado	Cenário II elevação da taxa em 25%	Cenário III elevação da taxa em 50%
Empréstimos em moeda estrangeira - US\$	177.133	3,90	176.839	221.416	265.700
Impacto sobre as despesas financeiras líquidas			294	(44.283)	(88.567)

5.5. Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria – exceto derivativos

A posição dos instrumentos financeiros, exceto derivativos, em aberto na data de encerramento destas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

				Controladora
				31/12/2015
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Passivos financeiros	Total
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	-	-	-
Saldo a receber de partes relacionadas	1.150.117	-	-	1.150.117
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores	-	-	(1.661)	(1.661)
Debêntures	-	-	(1.096.856)	(1.096.856)
	1.150.117	-	(1.098.517)	51.600

	Controladora			
	31/12/2014			
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Passivos financeiros	Total
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	4.179	-	4.179
Saldo a receber de partes relacionadas	1.105.603	-	-	1.105.603
Passivos				
Custo amortizado				
Fornecedores	-	-	(220)	(220)
Debêntures	-	-	(1.063.235)	(1.063.235)
	1.105.603	4.179	(1.063.455)	46.327

	Consolidado			
	31/12/2015			
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Passivos financeiros	Total
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	-	-	-
Contas a receber	328.496	-	-	328.496
Passivos				
Custo amortizado				
Debêntures	-	-	(1.096.856)	(1.096.856)
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional	-	-	(289.362)	(289.362)
Moeda estrangeira	-	-	(177.133)	(177.133)
Fornecedores	-	-	(243.049)	(243.049)
Programa de reestruturação de fornecedores	-	-	(63.124)	(63.124)
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	-	-	(8.979)	(8.979)
Contraprestação contingente	-	-	(227)	(227)
	328.496	-	(1.878.730)	(1.550.234)

Consolidado				
31/12/2014				
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Passivos financeiros	Total
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa restrito	-	25.457	-	25.457
Contas a receber	375.498	-	-	375.498
Passivos				
Custo amortizado				
Debêntures	-	-	(1.063.235)	(1.063.235)
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional	-	-	(311.325)	(311.325)
Moeda estrangeira	-	-	(38.204)	(38.204)
Fornecedores	-	-	(157.235)	(157.235)
Arrendamento mercantil	-	-	(666)	(666)
financeiro a pagar	-	-	(11.771)	(11.771)
Contraprestação contingente	-	-	(11.771)	(11.771)
	375.498	25.457	(1.582.436)	(1.181.481)

5.6. Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (*hedge*) ou de caráter especulativo, entretanto, a Companhia possui derivativos embutidos, em decorrência da emissão de debêntures ocorrida em 15 de agosto de 2012.

A posição do instrumento financeiro derivativo em aberto na data de encerramento destas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Bônus de subscrição sobre debêntures	20	472

5.7. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos em conformidade com a hierarquia de valorização:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos				
Passivos financeiros				
Derivativo embutido	-	20	-	20
	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>20</u>

Controladora e Consolidado			
31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Total		
Passivos			
Passivos financeiros			
Derivativo embutido	-	472	-
	-	472	-

5.8. Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora			
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
31/12/2015		31/12/2014	
<u>Ativos financeiros</u>			
Empréstimos e recebíveis:			
Caixa restrito	-	-	4.179
Saldo a receber de partes relacionadas	1.150.117	1.150.117	1.105.603
Total dos ativos financeiros	1.150.117	1.150.117	1.109.782
<u>Passivos financeiros</u>			
Ao custo amortizado:			
Debêntures	1.096.856	1.096.856	1.063.235
Fornecedores	1.661	1.661	220
Saldo a pagar à partes relacionadas	17.505	17.505	40.115
Total dos passivos financeiros	1.116.022	1.116.022	1.103.570
Consolidado			
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
31/12/2015		31/12/2014	
<u>Ativos financeiros</u>			
Empréstimos e recebíveis:			
Caixa restrito	-	-	25.457
Contas a receber de clientes	328.496	328.496	375.498
Outros recebíveis	24.522	24.522	24.453
Total dos ativos financeiros	353.018	353.018	425.408
<u>Passivos financeiros</u>			
Ao custo amortizado:			
Debêntures	1.096.856	1.096.856	1.063.235
Empréstimos e financiamentos	466.495	466.495	349.529
Fornecedores	243.049	243.049	157.235
Programa de reestruturação de fornecedores	63.124	63.124	-
Obrigações com arrendamento mercantil	8.979	8.979	666
Contraprestação contingente	227	227	11.771
Total dos passivos financeiros	1.878.730	1.878.730	1.582.436

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais utilizados pelos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. As informações por segmento são elaboradas considerando três segmentos divulgáveis, sendo: *contact center* & BPO, tecnologia & informação e *trade marketing*. Os segmentos divulgáveis identificados observam primariamente a divisão por tipo de serviço e suas características (nota explicativa nº 1).

As demonstrações dos resultados para cada um dos segmentos operacionais divulgáveis, devidamente conciliadas com os montantes divulgados na demonstração do resultado consolidada, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2015			
	<i>Contact center</i> & BPO	Tecnologia & informação	<i>Trade marketing</i>	Consolidado
Ativos:				
Circulante	769.686	47.315	46.895	863.895
Não circulante	1.684.811	65.084	7.579	1.757.473
Total dos ativos	2.454.496	112.399	54.473	2.621.368
Passivos:				
Circulante	1.551.192	14.807	23.800	1.589.799
Não circulante	839.824	19.975	1.076	860.875
Total dos passivos	2.391.016	34.782	24.876	2.450.674

	31/12/2014			
	<i>Contact center</i> & BPO	Tecnologia & informação	<i>Trade marketing</i>	Consolidado
Ativos:				
Circulante	824.296	76.455	48.125	948.876
Não circulante	1.429.500	193.699	81.679	1.704.878
Total dos ativos	2.253.796	270.154	129.804	2.653.754
Passivos:				
Circulante	954.774	27.991	23.054	1.005.819
Não circulante	1.239.531	10.867	1.754	1.252.152
Total dos passivos	2.194.305	38.858	24.808	2.257.971

	Consolidado			
	31/12/2015			
	Contact center & BPO	Tecnologia & informação	Trade marketing	Consolidado
Receita operacional líquida	3.026.110	57.925	125.350	3.209.384
Custo dos serviços prestados	(2.838.739)	(63.515)	(105.693)	(3.007.947)
Lucro operacional bruto	187.371	(5.590)	19.657	201.437
Receitas (despesas) operacionais:				
Comerciais	(13.814)	(1.186)	(463)	(15.463)
Gerais e administrativas	(325.234)	(17.653)	(14.250)	(357.137)
Pagamento baseado em ações	(394)	-	-	(394)
Receitas financeiras	78.584	2.420	4.720	85.723
Despesas financeiras	(278.757)	(860)	(858)	(280.474)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	78.212	(6.418)	350	72.143
	(461.403)	(23.697)	(10.500)	(495.602)
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(274.032)	(29.287)	9.157	(294.165)
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(34.152)	(84)	(3.053)	(37.289)
Diferido	126.409	(15.371)	(6.363)	104.676
(Prejuízo) lucro líquido do período	(181.775)	(44.742)	(259)	(226.778)

	Consolidado			
	31/12/2014			
	<i>Contact center</i>	<i>Tecnologia &</i>	<i>Trade</i>	
	<i>& BPO</i>	<i>informação</i>	<i>marketin</i>	Consolidado
		<i>g</i>		
Receita operacional líquida	3.227.097	73.180	151.954	3.452.231
Custo dos serviços prestados	(2.721.247)	(53.951)	(124.380)	(2.899.578)
Lucro operacional bruto	505.850	19.229	27.574	552.653
Receitas (despesas) operacionais:				
Comerciais	(16.465)	(43)	(1.036)	(17.544)
Gerais e administrativas	(280.986)	(21.786)	(16.047)	(318.819)
Pagamento baseado em ações	(476)	-	-	(476)
Receitas financeiras	52.403	9.906	2.164	64.473
Despesas financeiras	(152.941)	(5.054)	(330)	(158.325)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	16.081	7.599	(213)	23.467
	(382.384)	(9.378)	(15.462)	(407.224)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	123.466	9.851	12.112	145.429
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(27.455)	(1.947)	(4.776)	(34.178)
Diferido	(11.994)	(1.638)	(973)	(14.605)
Lucro líquido do período	84.017	6.266	6.363	96.646

Conforme divulgado na nota explicativa 1, a Companhia tem operações nos seguintes países: Brasil, Peru, Colômbia e Argentina, a receita líquida por país está detalhada a seguir:

Receita líquida por país	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Brasil	2.287.500	2.797.382
Argentina	429.863	262.582
Espanha	-	-
Peru	131.336	88.089
Colômbia	360.686	304.178
	<u>3.209.384</u>	<u>3.452.231</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os clientes responsáveis por mais de 5% de participação da receita líquida estão demonstrados abaixo:

Cliente	Consolidado	
	% Receita Líquida	
	31/12/2015	31/12/2014
Oi	38,75%	42,60%
Santander	6,23%	5,42%
Vivo	5,50%	7,86%
Itaú Unibanco	5,44%	4,28%

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos					
Reais		14	35	26.336	9.822
Euro		-	-	9.388	13.947
Pesos argentinos		-	-	11.750	-
Pesos colombianos		-	-	18.428	8.139
Pesos peruanos		-	-	6.511	2.659
		<u>14</u>	<u>35</u>	<u>72.413</u>	<u>34.567</u>
Equivalentes de caixa:					
Em reais:					
Certificado de depósito bancário	14,20%	-	-	61.517	44.869
Operação compromissada	14,10%	6.729	25.484	220.758	268.816
Fundos de investimentos	14,15%	-	-	2.032	-
Empesos argentinos:					
Fundos de investimentos	28,89%	-	-	6.398	11.327
Empesos colombianos:					
Fundos de investimentos	4,95%	-	-	6.400	12.047
		<u>6.729</u>	<u>25.484</u>	<u>297.104</u>	<u>337.059</u>
Total do caixa e equivalentes de caixa		<u>6.743</u>	<u>25.519</u>	<u>369.517</u>	<u>371.626</u>

8. CAIXA RESTRITO

	Taxa	Controladora		Consolidado	
	média a.a.	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:					
Certificado de depósito bancário	12,28%	-	590	-	590
Operação compromissada	10,51%	-	3.589	-	24.867
		-	4.179	-	25.457

A Companhia mantém recursos depositados em conta garantia (*escrow*) para fazer face ao aparecimento de obrigações não detectadas no processo de *due diligence* efetuado na aquisição da subsidiária integral Ability.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Partes relacionadas no país	-	43.728
Terceiros no país	151.952	205.128
Terceiros no exterior	179.446	130.892
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.901)	(4.250)
	328.496	375.498

Em 31 de dezembro de 2014, do saldo de contas a receber de partes relacionadas no montante de R\$43.728 é constituído principalmente por contas a receber das empresas do grupo Oi S.A., conforme apresentado detalhadamente na nota explicativa nº 33. Nos documentos e atos societários da Oi datado de 1º de setembro de 2015, quando foi aprovada a reestruturação societária da mesma e o término dos acordos de acionistas, não há mais um acionista controlador na Oi, sendo o controle pulverizado no mercado, portanto, deixa de ser, a partir de então, classificada e/ou reconhecida como Partes Relacionadas.

A composição dos valores das contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	287.937	311.072
Vencidos até 30 dias	16.836	44.024
Vencidos de 31 a 60 dias	8.455	15.614
Vencidos de 61 a 90 dias	6.175	1.971
Vencidos de 91 a 180 dias	3.266	2.298
Vencidos acima de 180 dias	8.729	4.769
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.901)	(4.250)
	328.496	375.498

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise de risco dos créditos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4.250)
Constituição	(7.317)
Reversão	8.665
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2.901)

A Administração analisou o risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber e ajustou sua provisão para liquidação duvidosa, com base nos títulos vencidos há mais de 180 dias e acredita que a provisão ora registrada é suficiente para cobertura de eventuais perdas. A composição dos valores de créditos de liquidação duvidosa por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Vencidos acima de 180 dias	2.901	4.250
	2.901	4.250

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
IRRF	1.626	-	1.626	10.740	-	10.740
IRPJ e CSLL	9.959	-	9.959	1.759	-	1.759
PIS/COFINS/CSLL	118	-	118	112	-	112
INSS a recuperar	-	-	-	-	-	-
ISS a recuperar	-	-	-	-	-	-
	11.703	-	11.703	12.611	-	12.611

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
IRRF	26.104	-	26.104	36.308	-	36.308
IRPJ e CSLL	56.880	249	57.129	23.186	17.293	40.479
PIS/COFINS/CSLL	17.177	-	17.177	17.054	-	17.054
INSS	9.519	-	9.519	6.673	-	6.673
ISS ⁽ⁱ⁾	-	487	487	-	10.260	10.260
IVA ⁽ⁱⁱ⁾	6.406	-	6.406	6.189	-	6.189
Outros impostos	29	-	29	692	-	692
	116.115	736	116.851	90.102	27.553	117.655

- (i) O ISS a recuperar classificado anteriormente no ativo não circulante, foi baixado após vários estudos e tentativas de recuperabilidade junto aos órgãos municipais.
- (ii) Imposto sobre o valor agregado apurado pelas controladas no exterior.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributária	-	-	106.037	92.558
Trabalhistas	383	859	202.794	206.109
Cíveis	102	-	312	201
	<u>485</u>	<u>859</u>	<u>309.142</u>	<u>298.868</u>
Circulante	-	-	23.111	23.112
Não circulante	485	859	286.031	275.757

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Baixas	Atualização monetária 31/12/2015
Trabalhistas	859	150	(585)	(41)	- 383
Cíveis	-	102	-	-	- 102
Total	<u>859</u>	<u>252</u>	<u>(585)</u>	<u>(41)</u>	<u>- 485</u>

	Atualização monetária				
	31/12/2014	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2015
Fiscais	92.558	7.662	-	-	5.816 106.037
Trabalhistas	206.109	61.712	(62.263)	(2.765)	- 202.794
Cíveis	201	111	-	-	- 312
Total	<u>298.868</u>	<u>69.485</u>	<u>(62.263)</u>	<u>(2.765)</u>	<u>5.816 309.142</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo				
Prejuízo fiscais de IRPJ	-	1.896	185.650	92.863
Base de cálculo negativa de CSLL	-	683	66.834	34.090
Diferenças temporárias ativas				
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	35.859	47.618
Ágio sobre investimentos e outros	-	-	17.118	27.237
Programa de participação nos resultados	-	-	5.912	3.188
	<u>-</u>	<u>2.579</u>	<u>311.372</u>	<u>204.996</u>
Passivo				
Diferenças temporárias passivas				
Ágio (parcela alocada)	(2.672)	(2.518)	(47.819)	(48.082)
	<u>(2.672)</u>	<u>(2.518)</u>	<u>(47.819)</u>	<u>(48.082)</u>

Em dezembro de 2010, a Contax transferiu o controle da Ability para a Companhia, por meio de uma cisão parcial de ativos, bem como as referidas obrigações de contraprestação. Dessa forma, o ágio registrado anteriormente na Contax foi transferido para os livros

contábeis da Ability como crédito fiscal nos termos da Instrução CVM nº 319/99 e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 09 (Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial).

Em dezembro de 2015, o ágio foi totalmente liquidado. Adicionalmente, o Grupo Contax possui um crédito fiscal referente ao ágio registrado na Multienlace, com base no saldo do balanço de transferência em 30 de abril de 2011, calculado com base na alíquota vigente no país de origem (35% - Colômbia). O saldo em 31 de dezembro de 2015, é de R\$50.346

Em maio e julho de 2011, o Grupo Contax adquiriu o controle do Grupo Allus e da Contax-Mobitel/TODO, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015 a parcela do ágio alocada à carteira de clientes e marca do Grupo Allus e a carteira de clientes e ativo imobilizado da Contax-Mobitel/TODO representa um montante total de R\$103.093 e R\$37.035, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração realizou estudos técnicos de viabilidade que foram aprovados pelo Conselho de Administração. Tal estudo revelou a necessidade de ajuste do ativo fiscal diferido na empresa Todo realizado nesta data, no montante de R\$ 25.331, no resultado na linha de imposto de renda diferido e a realização integral do ativo fiscal diferido até o exercício de 2035.

12.2. Período estimado de realização

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é imprevisível e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Administração acredita que é provável que os impostos diferidos sejam realizados, conforme demonstrado abaixo, entretanto, essa estimativa pode não se concretizar nos próximos exercícios, se as estimativas de lucro tributável futuro não se confirmarem.

	Contax-Mobitel	Todo	Consolidado
2016	15.414	905	16.318
2017	14.264	893	15.157
2018	14.044	897	14.941
2019	14.317	904	15.220
2020	13.770	908	14.678
2021	13.254	911	14.164
2022	13.337	910	14.246
2023-2035	134.723	13.035	147.758
	233.121	19.363	252.484

A movimentação dos ativos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	2.579	3	204.996	225.679
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(2.732)	2.732	104.676	(14.605)
IR/CS diferidos reconhecidos em resultados abrangente:	-	-	-	-
Outros	154	(156)	1.700	(6.079)
Saldo no final do exercício	-	2.579	311.372	204.996

12.3. Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

As despesas e benefícios com imposto de renda e contribuição social nos resultados dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontram-se resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Corrente				
Imposto de renda	(5.203)	-	(34.568)	(29.755)
Contribuição social	(1.882)	-	(2.720)	(4.423)
	(7.085)	-	(37.288)	(34.178)
Diferido				
Imposto de renda sobre adições temporárias	-	-	(21.897)	(8.587)
Contribuição social sobre adições temporárias	-	-	(5.042)	(4.391)
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	(2.050)	1.569	96.735	(1.282)
Contribuição social sobre base negativa	(683)	682	34.880	(345)
	(2.733)	2.251	104.676	(14.605)
	(9.817)	2.251	67.387	(48.783)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal vigente no Brasil e nos demais países a Companhia atua, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Execício findo em		Execício findo em	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(216.961)	94.395	(244.881)	145.429
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	73.767	(32.094)	83.260	(49.446)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva				
Adição/Exclusão permanente de equivalência patrimonial	(83.451)	34.507	-	-
Ajuste Impostos Diferidos			(20.082)	
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas (i)	-	-	(1.652)	2.803
Alteração à Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 11.638/07	-	(162)	1.782	(162)
Outros	(133)	-	4.079	(1.978)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.817)	2.251	67.387	(48.783)

- (i) Refere-se, substancialmente, à despesa com multa, doações, brindes e patrocínios, considerados indedutíveis, dentre outros.
- (ii) A empresa optou pela extinção do regime tributário de transição de acordo com a Lei 12.973/2014, eliminando as diferenças tributárias entre o balanço societário e fiscal.
- (iii) O valor refere-se substancialmente ao ajuste do diferido reconhecido no resultado no ano de 2014.
- (iv) Refere-se ao ajuste de Diferido relacionada ao estudo de recuperabilidade da empresa Todo projetando-se um consumo do ativo diferido findo em 2035.

13. DESPESAS ANTECIPADAS E DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a fornecedor	60	54	2.363	12.224
Adiantamentos a empregado	-	-	3.426	24.533
Créditos a receber	4.568	-	41.290	29.762
Despesas antecipadas	246	338	9.766	16.236
	<u>4.874</u>	<u>392</u>	<u>56.844</u>	<u>82.755</u>
Circulante	4.874	392	26.656	63.081
Não circulante	-	-	30.188	19.674

14. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

14.1. Composição dos investimentos

Controladas	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Ability	78.677	106.375
Contax-Mobitel	63.868	302.987
	<u>142.545</u>	<u>409.362</u>

14.2. Informações financeiras resumidas de controladas diretas

	31/12/2015		31/12/2014	
	Contax-Mobitel	Ability	Contax-Mobitel	Ability
Ativo circulante	482.464	46.896	626.569	49.171
Ativo não circulante	1.767.158	7.579	1.685.394	32.598
Passivo circulante	(1.279.229)	(23.802)	(680.292)	(22.722)
Passivo não circulante	(906.526)	(1.076)	(1.328.684)	(1.754)
Patrimônio líquido	(63.868)	(29.596)	(302.987)	(57.294)

	31/12/2015		31/12/2014	
	Contax-Mobitel	Ability	Contax-Mobitel	Ability
Receita líquida	2.314.673	144.169	1.454.684	151.790
(Prejuízo) lucro líquido	(245.185)	(259)	68.114	6.362

14.3. Movimentação dos investimentos diretos em controladas

	Controladas diretas			
	Contax-Mobitel	Ability	Total	
			31/12/2015	31/12/2014
a) Participação no capital 31/12/2015				
% de participação	100%	100%		
Quantidade total de ações	429.751	4.570.585		
Quantidade de ações detidas	429.751	4.570.585		
b) Informações das controladas em 31/12/2015				
Capital social	435.389	4.571		
Patrimônio líquido	63.868	78.677		
Reserva especial de ágio	(2.382)	25.284		
Resultado do período	(245.185)	(259)		
c) Saldo do investimento				
Saldo no investimento no início do exercício	302.987	106.375	409.362	392.592
Equivalência patrimonial	(245.185)	(259)	(245.444)	101.492
Variação cambial de empresas no exterior	6.066	(45)	6.022	(24.748)
Dividendos distribuídos		(27.394)	(27.394)	(59.974)
Total	<u>63.868</u>	<u>78.677</u>	<u>142.545</u>	<u>409.362</u>

Os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial sobre a conversão dos investimentos nas subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional é o Real, totalizaram R\$46.896 em 31 de dezembro de 2015 (R\$24.748 em 31 de dezembro de 2014) e estão reconhecidos no grupo de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

15. IMOBILIZADO

Consolidado							
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2014	Adições	Transferências (i)	Baixas	Variação Cambial	31/12/2015
<u>Custo:</u>							
Terrenos		1.057	-	-	-	-	1.057
Edificações		13.682	166	(8.311)	-	-	5.537
Telecom e equipamentos de TI		690.517	12.256	4.344	(7.983)	4.936	704.070
Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)		417.905	13.034	53.060	(114.153)	2.878	372.724
Móveis e utensílios		213.502	10.194	(2.760)	(3.313)	5.736	223.359
Equipamentos de transmissão		90.547	1.534	613	(14.132)	6.624	85.186
Equipamentos de energia		54.104	4.338	22	(6.768)	815	52.511
Equipamentos de climatização		37.802	11.352	14.514	(4.302)	408	59.774
Imobilizações em andamento		52.484	21.066	(64.616)	(143)	1.071	9.862
Outros		14.662	2	540	(778)	407	14.833
Total		1.586.262	73.942	(2.594)	(151.572)	22.875	1.528.913
<u>Depreciação acumulada:</u>							
Edificações	7,00%	(10.233)	(1.340)	9.111	-	-	(2.462)
Telecom e equipamentos de TI	17,15%	(593.691)	(38.489)	(1.436)	7.954	(2.837)	(628.499)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)	22,03%	(272.371)	(66.694)	(7.224)	114.098	(1.008)	(233.199)
Móveis e utensílios	12,50%	(139.398)	(20.603)	2.341	3.278	(1.939)	(156.321)
Equipamentos de transmissão	10,00%	(61.296)	(14.319)	(146)	14.132	(4.452)	(66.081)
Equipamentos de energia	10,00%	(30.795)	(7.554)	-	6.741	(445)	(32.053)
Equipamentos de climatização	10,00%	(18.851)	(6.470)	(3.869)	4.285	9	(24.896)
Outros	15,00%	(11.052)	(1.710)	-	778	(120)	(12.104)
Total		(1.137.687)	(157.179)	(1.223)	151.266	(10.792)	(1.155.615)
Imobilizado líquido		448.575	(83.237)	(3.817)	(306)	12.083	373.298

(i) Transferência líquida para o intangível no montante de R\$3.817.

(ii) Baixas referentes sites desmobilizados no exercício.

	Consolidado						
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2013	Adições	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	31/12/2014
<u>Custo:</u>							
Terrenos		831	226	-	-	-	1.057
Edificações		13.681	-	-	-	-	13.681
Telecom e equipamentos de TI		680.919	21.963	2.192	(12.072)	(2.486)	690.516
Benfeitorias em imóveis de terceiros		418.728	18.015	2.252	(19.045)	(2.046)	417.904
Móveis e utensílios		208.045	8.392	1.685	(972)	(3.649)	213.501
Equipamentos de transmissão		91.192	2.977	1.348	(243)	(4.727)	90.547
Equipamentos de energia		54.471	467	(183)	(20)	(631)	54.104
Equipamentos de climatização		36.977	825	-	-	-	37.802
Imobilizações em andamento		36.870	30.901	(15.318)	(128)	159	52.484
Outros		14.329	267	309	(153)	(89)	14.663
Total		1.556.043	84.033	(7.715)	(32.633)	(13.469)	1.586.259
<u>Depreciação acumulada:</u>							
Edificações	7,00%	(9.452)	(780)	-	-	-	(10.232)
Telecom e equipamentos de TI	17,15%	(564.010)	(44.807)	714	12.139	2.273	(593.691)
Instalações em imóveis de terceiros	22,03%	(243.728)	(48.716)	(99)	19.016	1.156	(272.371)
Móveis e utensílios	12,50%	(123.783)	(18.559)	361	923	1.661	(139.397)
Equipamentos de transmissão	10,00%	(56.644)	(8.119)	(266)	273	3.460	(61.296)
Equipamentos de energia	10,00%	(25.516)	(5.626)	-	-	347	(30.795)
Equipamentos de climatização	10,00%	(15.290)	(3.561)	-	-	-	(18.851)
Outros	15,00%	(9.209)	(2.067)	57	120	48	(11.051)
Total		(1.047.632)	(132.235)	767	32.471	8.945	(1.137.684)
Imobilizado líquido		508.411	(48.202)	(6.948)	(162)	(4.524)	448.575

O quadro a seguir demonstra o intervalo de taxas e as taxas médias ponderadas anuais de depreciação, que foram definidas com base na vida útil econômica dos ativos da Companhia:

	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Taxas - %
Telecom e equipamentos de TI	17,15	14,29 a 20,00
Móveis e utensílios	12,50	12,50
Instalações em imóveis de terceiros	22,03	10,00 a 50,00
Edificações	7,00	4,00 a 10,00
Equipamentos de energia	10,00	10,00
Equipamentos de transmissão	10,00	10,00
Softwares	12,00	10,00 a 14,29
Outros	15,00	10,00 a 20,00

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia capitalizou juros de empréstimos no valor R\$1.651. A taxa média ponderada utilizada para determinar o montante dos juros de empréstimos passíveis de capitalização foi de 13,03% a.a.

16. INTANGÍVEL

O intangível é composto pelos seguintes itens:

	Custo	Amortização acumulada	Saldos em 31/12/2015	Consolidado Saldos em 31/12/2014
Ágio	378.171	-	378.171	391.863
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus	94.902	(24.448)	70.454	69.888
Carteira de clientes - Aquisição Contax-Mobitel	45.954	(21.375)	24.579	29.423
Software em desenvolvimento	10.122	-	10.122	74.478
Marcas e patentes	2.317	(207)	2.110	2.089
Marcas - Aquisição Grupo Allus	6.470	(2.181)	4.289	3.003
Sistema de processamento de dados	637.313	(371.190)	266.123	149.799
	<u>1.175.249</u>	<u>(419.401)</u>	<u>755.848</u>	<u>720.543</u>

A movimentação do intangível é apresentada a seguir:

		Consolidado				
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2014	Adições	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial
<u>Custo:</u>						
Ágio		391.863	-	-	-	(13.692)
Contax-Mobitel		31.396	-	-	-	-
Ability		49.081	-	-	-	-
TODO		95.619	-	-	-	-
Grupo Allus		215.767	-	-	-	(13.692)
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus		88.044	-	-	-	6.858
Carteira de clientes - Aquisição Contax-Mobitel		45.954	-	-	-	-
Marcas e patentes		2.276	60	-	(0)	(19)
Marcas - Aquisição Grupo Allus		5.921	-	-	-	549
Sistema de processamento de dados		492.299	60.212	86.062	(7.201)	5.941
Software em desenvolvimento		74.478	19.797	(83.926)	(227)	-
		<u>1.100.835</u>	<u>80.069</u>	<u>2.136</u>	<u>(7.429)</u>	<u>(363)</u>
<u>Amortização acumulada:</u>						
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus	5,07%	(18.156)	(4.963)	-	-	(1.329)
Carteira de clientes - Aquisição Contax-Mobitel	10,62%	(16.531)	(4.844)	-	-	-
Marcas e patentes	10,73%	(187)	(35)	-	-	15
Marcas - Aquisição Grupo Allus	5,00%	(2.918)	(185)	-	-	922
Sistema de processamento de dados	10,26%	(342.500)	(33.484)	1.681	7.175	(4.062)
		<u>(380.292)</u>	<u>(43.511)</u>	<u>1.681</u>	<u>7.175</u>	<u>(4.454)</u>
Intangível líquido		<u>720.543</u>	<u>36.558</u>	<u>3.817</u>	<u>(254)</u>	<u>(4.817)</u>

(i) Transferência líquida do imobilizado no montante de R\$3.817.

	Consolidado					
	31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas	Variação cambial	31/12/2014
<u>Custo:</u>						
Ágio	402.302	-	-	-	(10.439)	391.863
Contax-Mobitel	31.396	-	-	-	-	31.396
Ability	49.081	-	-	-	-	49.081
TODO	95.619	-	-	-	-	95.619
Grupo Allus	226.206	-	-	-	(10.439)	215.767
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus	92.991	-	-	-	(4.947)	88.044
Carteira de Clientes - Aquisição Contax-Mobitel	45.954	-	-	-	-	45.954
Software em desenvolvimento	25.624	43.163	5.691	-	-	74.478
Marcas e patentes	2.251	54	-	-	(29)	2.276
Marcas - Aquisição Grupo Allus	6.233	-	-	-	(312)	5.921
Sistema de processamento de dados	439.289	57.624	-	(545)	(4.069)	492.299
	<u>1.014.644</u>	<u>100.841</u>	<u>5.691</u>	<u>(545)</u>	<u>(19.796)</u>	<u>1.100.835</u>
<u>Amortização acumulada:</u>						
Carteira de clientes - Aquisição Grupo Allus	(12.457)	(4.534)	-	-	(1.165)	(18.156)
Carteira de Clientes - Aquisição Contax-Mobitel	(11.681)	(4.850)	-	-	-	(16.531)
Marcas e patentes	(183)	(23)	-	-	19	(187)
Marcas - Aquisição Grupo Allus	(2.806)	(177)	-	-	65	(2.918)
Sistema de processamento de dados	(315.115)	(31.640)	1.257	99	2.899	(342.500)
	<u>(342.242)</u>	<u>(41.224)</u>	<u>1.257</u>	<u>99</u>	<u>1.818</u>	<u>(380.292)</u>
Intangível líquido	<u>672.402</u>	<u>59.617</u>	<u>6.948</u>	<u>(446)</u>	<u>(17.978)</u>	<u>720.543</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia capitalizou juros de empréstimos no valor R\$3.211. A taxa média ponderada utilizada para determinar o montante dos juros de empréstimos passíveis de capitalização foi de 13,03% a.a.

Em julho de 2011, a Contax, por meio de incorporação de ações, adquiriu o controle integral da Contax-Mobitel. O valor de mercado da operação foi de R\$118.097 sendo R\$31.396, referente ao ágio fundamentado no valor econômico em função de rentabilidade futura. No balanço incorporado da Contax-Mobitel encontra-se registro de ágio fundamentado em valor econômico, em função de operação de compra de sua controlada TODO no montante de R\$95.619.

Em Setembro de 2010, a Contax adquiriu o controle integral da Ability, pelo montante de R\$72.585, dos quais R\$74.365 como ágio fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura do negócio. Em dezembro de 2010, a Contax transferiu o controle da Ability para a Companhia, por meio de uma cisão parcial. No processo de cisão foi transferido para a Companhia o valor do ágio líquido do crédito tributário no valor de R\$49.081. O valor de R\$25.284 foi reconhecido na Ability como imposto de renda e contribuição social diferidos, no consolidado, e como investimento no individual.

Em maio de 2011 foi concluída a transferência, nos termos do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, da totalidade das ações de emissão das sociedades que compõem o Grupo Allus para as controladas Contax e Contax Colômbia, (essa última incorporada pela Multienlace Colômbia, em novembro de 2012), pelo montante de R\$246.262, dos quais R\$215.767 como ágio fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura.

16.1. Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O valor recuperável é determinado com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa descontados com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável *impairment* foram adotadas as premissas apresentadas abaixo:

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

<u>Unidades geradoras de caixa</u>	<u>Taxa de desconto a.a.</u>	<u>Taxa média de crescimento a.a.</u>
<i>Contact center & BPO</i>		
Contax-Mobitel	12,7%	IPCA + 2%
Operações Argentina	12,7%	IPCA + 2%
Operações Peru	12,7%	IPCA + 2%
Operações Colômbia	12,7%	IPCA + 2%
Tecnologia & informação	12,7%	IPCA + 2%
Trade marketing	12,7%	IPCA + 2%

17. DEBÊNTURES

A Companhia vem ao longo dos anos captando recursos por meio da emissão de debêntures visando aumentar o seu volume de investimentos e promover a readequação do perfil de suas dívidas buscando alongá-las para o longo prazo, apresenta-se abaixo um quadro resumo com as características pertinentes aos títulos emitidos vigentes:

Controladora e Consolidado															
Tipo de emissão	Série	Data de emissão	Vencimento final	Na data da emissão				Quantidade em circulação	Encargos a.a.	Taxa média efetiva de juros a.a.	P.M.V.A. ⁽ⁱ⁾	Circulante	Não circulante	31/12/2015	31/12/2014
				Quantidade emitida	P.U. emissão	Custo de emissão	Prêmio								
Pública	1o.	24/05/11	19/05/16	55	1.000	241	-	55	CDI +1,25%	12,11%	1,1	19.978	-	19.978	39.298
Pública	1o.	15/12/11	15/12/16	21.264	10.000	1.159	761	21.264	CDI +1,25%	12,16%	1,5	230.213	-	230.213	213.708
Pública	2o.	15/12/11	15/12/18	18.736	10.000	1.022	670	18.736	IPCA + 6,8%	13,69%	4,0	77.559	187.278	264.837	223.923
Pública	1o.	18/09/12	15/08/18	126.719	1.000	658	1.535	126.719	IPCA + 6,5%	13,15%	3,8	4.064	159.837	163.902	146.931
Pública	2o.	18/09/12	15/12/18	126.719	1.000	658	1.535	126.719	TJLP + 2,5%	7,50%	2,7	39.646	52.965	92.610	117.040
Pública	Única	29/08/14	29/02/16	31.000	10.000	1.345	-	31.000	CDI +1,20%	12,40%	1,3	325.296	-	325.296	321.863
												696.756	400.080	1.096.836	1.062.763
Bônus de subscrição sobre debêntures												-	20	20	472
Total												696.756	400.100	1.096.856	1.063.235

(i) Prazo médio de vencimento em anos

A movimentação de debêntures do período findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

Controladora e consolidado							
Tipo de emissão	Série	31/12/2014	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Encargos Financeiros	Derivativo embutido	31/12/2015
Public	1st.	39.298	(18.333)	(4.726)	3.740	-	19.979
Public	1st.	213.708	-	(13.756)	30.181	-	230.133
Public	2nd.	223.923	-	-	40.994	-	264.917
Public	1st.	147.403	(4.879)	(4.945)	25.833	521	163.933
Public	2nd.	117.040	(26.398)	(7.040)	8.996	-	92.598
Public	Single	321.863	-	(41.096)	44.529	-	325.296
		<u>1.063.235</u>	<u>(49.610)</u>	<u>(71.563)</u>	<u>154.273</u>	<u>521</u>	<u>1.096.856</u>

17.1. Cronograma de vencimentos de endividamento

		Controladora e Consolidado
		31/12/2015
2016		696.756
2017		125.631
2018		274.469
		<u>1.096.856</u>

Os custos incorridos e os prêmios recebidos com as emissões de debêntures estão sendo amortizados pelo prazo do contrato, conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 649/10.

Aos debenturistas detentores dos títulos emitidos em 18 de setembro de 2012, foi outorgado um bônus de subscrição de ações a ser exercido mediante o pagamento por parte da Companhia das debêntures da 1ª. série. Conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 604/10, ao bônus de subscrição foi dado o tratamento contábil de derivativo embutido, haja vista se tratar de instrumento financeiro que outorga o direito de subscrever uma quantidade de UNITS de emissão da Companhia resultante da divisão entre o valor atualizado das debêntures da 1ª. Série ao preço de R\$28,60 (vinte e oito reais e sessenta centavos), ou seja, uma opção de compra.

O valor justo da opção foi determinado a partir do modelo Black & Scholes, as premissas adotadas foram as seguintes:

- Valor das debêntures atualizado no final do exercício;
- Preço de exercício do bônus de subscrição da ação;
- Quantidade de ações com direito a subscrição;
- Prazo de vencimento das debêntures;
- Período de volatilidade;
- Taxa de volatilidade;
- Valor para atualização da opção.

As escrituras de debêntures estabelecem que caso sejam descumpridas as condições descritas abaixo, as debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente

de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, a saber:

- Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia ou por qualquer uma de suas controladas relevantes independentemente do diferimento do respectivo pedido;
- Liquidação ou dissolução da Companhia ou de qualquer uma de suas controladas relevantes;
- Cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes às emissões de debêntures, sem a observância de seus termos;
- Sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade de qualquer documento referente às emissões de debêntures;
- Não pagamento de quaisquer valores devidos aos credores das debêntures nas datas previstas, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data devida;
- Vencimento antecipado em razão de inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Companhia ou de qualquer uma de suas controladas relevantes em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000, sendo certo que será atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, emitido pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado em até 15 dias contados de sua ocorrência;
- Protesto de títulos contra a Companhia ou de qualquer uma de suas controladas relevantes em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$30.000, sendo certo que será atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, não sanado em até 30 dias contados de sua ocorrência; e
- Transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada.

Adicionalmente, as escrituras de debêntures estabelecem a obrigação da manutenção de índices financeiros (“*covenants*”) de forma a evitar a aceleração destas obrigações. Destaca-se que, no caso de inobservância a esta exigência a aceleração não é automática, devendo a Companhia informar imediatamente ao agente fiduciário que, por sua vez, no prazo máximo de 5 dias úteis, deverá convocar uma assembleia geral de debenturistas com no mínimo 2/3 de quórum para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações contraídas pela Companhia. No caso de não instalação da assembleia geral de debenturistas o agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures.

Conforme exposto acima, trimestralmente a Companhia deverá manter os seguintes índices financeiros:

- (i) Dívida líquida/ EBITDA igual ou inferior a 3,0 (três) vezes; e
- (ii) EBITDA / Despesa financeira líquida igual ou superior a 1,65 (um inteiro e sessenta e cinco centésimos) vez.

Onde:

Dívida líquida: corresponde ao somatório das dívidas onerosas da beneficiária em bases consolidadas, menos as disponibilidades de curto e longo prazo (somatório do caixa mais aplicações financeiras não restritos);

EBITDA: corresponde ao lucro (prejuízo) operacional, adicionado da depreciação e amortização e diminuído do resultado financeiro, apurados de forma acumulada nos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não manteve os índices financeiros (“covenants”). Conforme comunicado ao mercado e em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de dezembro de 2015, foi decidido e aprovado a dispensa do atendimento relativos às demonstrações financeiras do 4º trimestre de 2015 e ao exercício de 2016, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Debêntures de curto prazo	696.756	232.339
Debêntures de longo prazo	400.100	830.896
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	161.308	142.430
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	305.187	207.099
Arrendamento financeiro de curto prazo	2.014	568
Arrendamento financeiro de longo prazo	6.965	98
= Dívida bruta	1.572.330	1.413.430
(-) Saldo de disponibilidades	369.517	371.626
= Dívida líquida	1.202.813	1.041.804
Lucro operacional antes do IRPJ e CSLL	(294.165)	145.429
Depreciação e amortização	200.690	173.459
Despesas financeiras, líquidas	194.751	93.852
EBITDA	101.276	412.740
(i) Dívida líquida/ EBITDA igual ou inferior a 3,0	11,88	2,52
(ii) EBITDA / Despesa financeira líquida igual ou superior a 1,65	0,52	4,40

De forma a repassar para suas subsidiárias operacionais os recursos financeiros obtidos com a emissão de debêntures a Companhia espelhou suas captações para a Contax-Mobitel, configurando como credora nestas operações, conforme divulgado na nota explicativa 33.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição da posição de empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e vigentes na data de encerramento destas demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado								
Objeto	Vigência		Encargos financeiros a.a.	Taxa efetiva	Circulante	Não circulante	31/12/2015	31/12/2014
	Início	Vencimento						
Em moeda nacional								
BNDES - expansão da capacidade instalada	03/2010	09/2016	TJLP + 2,73%	7,73%	53.824	-	53.824	98.834
BNDES - máquinas e equipamentos	03/2010	09/2016	4,50%	4,50%	7.949	-	7.949	14.763
BNDES - capital de giro	05/2011	05/2017	TJLP + 2,50%	7,50%	6.391	2.180	8.571	12.691
BNDES - Prosoft I	09/2012	09/2018	TJLP + 1,50%	6,50%	21.163	29.750	50.913	63.929
BNDES - Prosoft II	09/2012	09/2018	TJLP + 2,50%	7,50%	37.125	51.921	89.046	111.617
BNDES - Prosoft III	09/2012	09/2018	TJLP + 0,90%	5,90%	1.074	1.515	2.589	3.888
BNDES - PSI	10/2014	06/2019	3,50%	3,50%	339	753	1.092	1.335
BNDES - Itaú Prosoft I	02/2014	01/2021	TJLP + 4,00%	9,50%	861	35.483	36.344	-
BNDES - Itaú Prosoft II	02/2014	01/2021	SELIC + 4,00%	16,63%	321	38.713	39.034	-
BNB	03/2010	03/2015	8,50%	8,50%	-	-	-	4.268
					129.047	160.315	289.362	311.325
Em moeda estrangeira								
Capital de Giro - Peru	03/2011	01/2019	4,50%	4,50%	21.670	976	22.646	15.625
Capital de Giro - Peru	03/2010	07/2016	4,70% a 6,0%	6,00%	-	-	-	612
Capital de Giro - Peru	08/2010	12/2018	3,60% a 7,70%	7,70%	7.941	20.696	28.637	19.771
Capital de Giro - Colombia	07/2015	07/2022	IBR + 3,10%	5,98%	1.954	123.200	125.154	-
Capital de Giro - Argentina	03/2013	05/2016	15,00%	15,30%	696	-	696	2.196
					32.261	144.872	177.133	38.204
					161.308	305.187	466.495	349.529
Circulante							161.308	142.430
Não circulante							305.187	207.099

Apresenta-se abaixo um breve descritivo dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2015:

BNDES – expansão da capacidade instalada: Em março de 2010 a Companhia, por meio da subsidiária integral Contax S.A., incorporada em 2014, pela também subsidiária integral Contax Mobitel, contraiu um empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) com o objetivo de utilizar os recursos financeiros na ampliação da capacidade instalada e modernização das instalações, implementação de programas de qualidade. O valor do principal e os juros serão liquidados em parcelas mensais e consecutivas com vencimento final previsto para 15 de setembro de 2016.

BNDES – máquinas e equipamentos: Também em março de 2010 a Companhia, por meio da subsidiária integral Contax S.A., incorporada em 2014, pela também subsidiária integral Contax Mobitel, contraiu um empréstimo para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial (“FINAME”). O valor do principal e os juros serão liquidados em parcelas mensais e consecutivas com vencimento final previsto para 15 de setembro de 2016.

Para ambos os empréstimos descritos anteriormente, as cláusulas relacionadas à cessão fiduciária de direitos creditórios e manutenção de índices financeiros contidas neste contrato foram substituídas com anuência do credor, por carta fiança contratada pela Companhia junto ao Banco Safra S.A., no montante equivalente ao saldo devedor conforme consta do aditivo contratual celebrado entre as partes em 2 de setembro de 2014.

BNDES – capital de giro: Em 16 de maio de 2011, a subsidiária integral Contax-Mobitel celebrou contrato de financiamento com o BNDES, na modalidade de capital de giro, cujo vencimento será em 15 de maio de 2017.

BNDES – PROSOFT: No âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (“PROSOFT”), em setembro de 2012 a Companhia captou três tranches, com pagamentos mensais e consecutivos, com vencimento final em 15 de setembro de 2018, a saber:

I – Subcrédito “A”: destinado à investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas soluções;

II – Subcrédito “B”: destinado a investimentos na ampliação de posições de atendimento, em infraestrutura, mobiliário e treinamento; e

III – Subcrédito “C”: destinado a investimentos em projeto de âmbito social designado Projeto Estação do Conhecimento Contax.

Em garantia aos empréstimos obtidos no âmbito do PROSOFT, a Companhia ofereceu fianças por meio de Instituições Financeiras.

BNDES – PSI: No âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento, em 16 de dezembro de 2014, a Companhia contraiu empréstimo para aquisição de equipamentos de informática. O vencimento final desta obrigação está previsto para 15 de junho de 2019. Em garantia ao financiamento, a Contax-Mobitel ofereceu avais e alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio desse contrato. Adicionalmente este contrato prevê condições de vencimento antecipado relacionadas à manutenção de índices financeiros conforme divulgado no item 19.1.

Financiamento – unidade Recife: Em março de 2010, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com o objetivo de financiar a implantação de uma nova unidade operacional na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco. O saldo devedor será atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%, perfazendo uma taxa efetiva de 8,5% a.a. O principal e os encargos serão pagos mensalmente. O vencimento final está previsto para março de 2015.

Capital de giro - Peru: Por meio de suas subsidiárias indiretas Allus Peru e Stratton Peru, a Companhia contraiu empréstimos na modalidade de capital de giro, com vencimento máximo previsto para abril de 2018. Não foram oferecidas garantias na obtenção destes recursos.

Capital de giro - Argentina: Por meio de sua subsidiária indireta Stratton Argentina, a Companhia contraiu empréstimos na modalidade de capital de giro, com vencimento máximo previsto para julho de 2016. Não foram oferecidas garantias na obtenção destes recursos.

Conforme mencionado anteriormente a Companhia contratou junto à instituições financeiras carta fiança para garantia aos credores das operações de empréstimos e financiamentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os custos relativos a essas fianças totalizaram R\$2.162 (R\$2.089 em 31 de dezembro de 2013).

A movimentação de empréstimos e financiamentos do período findo em 31 de dezembro

de 2015 está apresentada a seguir:

	Consolidado						
	31/12/2014	Captação	Amortização principal	Amortização juros	Encargos financeiros	Variação cambial	31/12/2015
BNDES - expansão da capacidade	98.834	-	(46.910)	(5.362)	7.262	-	53.824
BNDES - máquinas e equipamentos	14.763	-	(7.020)	(431)	637	-	7.949
BNDES - capital de giro	12.691	-	(4.360)	(721)	961	-	8.571
BNDES - Prosoft I	63.929	-	(14.170)	(3.420)	4.574	-	50.913
BNDES - Prosoft II	111.617	-	(24.720)	(6.760)	8.909	-	89.046
BNDES - Prosoft III	3.888	-	(1.352)	(256)	309	-	2.589
BNDES - Itaú Prosoft I	-	35.482	-	(1.619)	2.481	-	36.344
BNDES - Itaú Prosoft II	-	35.482	-	(678)	4.230	-	39.034
BNDES - PSI	1.335	-	(246)	(61)	64	-	1.092
BNB	4.268	-	(4.250)	(51)	33	-	-
Capital de Giro I - Peru	15.625	4.042	(3.817)	(810)	780	6.825	22.645
HSBC	-	14.587	(14.587)	(83)	83	-	-
Capital de Giro III - Argentina	-	8.399	(8.494)	(83)	83	95	-
Itaú	-	-	-	(101)	101	-	-
Bancolombia	-	118.600	-	(2.548)	4.380	4.722	125.154
Capital de Giro II - Peru	19.771	6.557	(8.093)	(1.107)	1.166	10.343	28.637
Capital de Giro III - Peru	612	-	(716)	(19)	13	110	-
Banco Macro	-	-	-	-	-	-	-
Banco Galicia	-	14.861	(14.608)	(136)	136	(253)	-
Capital de Giro I - Argentina	2.196	5.645	(7.320)	(178)	178	175	696
Capital de Giro II - Argentina	-	5.698	(5.698)	-	-	-	-
Citibank	-	-	-	-	-	-	-
Banco Cordoba	-	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro IV - Argentina	-	13.671	(13.917)	(99)	99	247	1
Banco Chaco	-	-	-	-	-	-	-
Total	349.529	263.024	(180.278)	(24.523)	36.479	22.264	466.495

Em 23 de fevereiro de 2015 houve a liberação de dois subcréditos no montante de R\$32.752, em 22 de junho de 2015 houve a liberação parcial do subcrédito A no montante de R\$ 19.106 e em 26 de junho de 2015 houve a liberação parcial do subcrédito B no montante de R\$ 19.106, referentes ao financiamento contraído em 16 de dezembro de 2014 com o BNDES - Prosoft.

Em decorrência do empréstimo contraído junto ao BNDES no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento a Companhia, de forma a evitar a aceleração das dívidas contraídas junto a esta instituição, deverá manter em bases trimestrais os índices financeiros conforme divulgados na nota explicativa nº 18.1.

O cronograma de vencimentos do endividamento está apresentado abaixo:

	Consolidado
	31/12/2015
2016	161.180
2017	79.125
2018	71.465
2019	49.896
2020 em diante	104.829
	466.495

Garantias:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo de empréstimos e financiamentos	476.629	349.529
Garantias vinculadas ao BNDES		
Fiança	212.152	313.657
Alienação fiduciária dos bens financiados	1.346	1.346
	213.498	315.003

19. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais				
Terceiros	1.661	220	238.497	134.706
Partes Relacionadas	-	-	-	3.307
	1.661	220	238.497	138.013
Fornecedores estrangeiros				
Terceiros	-	-	4.552	19.222
	-	-	4.552	19.222
	1.661	220	243.049	157.235

O saldo de fornecedores com partes relacionadas é constituído pelas empresas do grupo Oi S.A, conforme apresentado detalhadamente na nota explicativa nº 33.

O aumento no saldo das contas a pagar se dá em função da renegociação do prazo de pagamento juntos aos principais fornecedores, não estando sujeitas a incidência de juros e são geralmente liquidadas no prazo entre 60 e 120 dias.

20. PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DE FORNECEDORES

Conforme divulgado na nota 1.1, a Administração da Companhia vêm envidando esforços para promover uma melhoria na posição do capital circulante líquido, como consequência, a Administração promoveu uma negociação junto aos principais fornecedores para alongar os respectivos prazos de pagamentos de modo a reduzir a diferença entre o prazo médio de recebimento (“PMR”) e o prazo médio de pagamento (“PMP”).

De forma amenizar os impactos da mudança do prazo de pagamento no fluxo de caixa dos seus fornecedores, a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores.

Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, esta modalidade não implica na ocorrência de despesas financeiras para a Companhia, não requer a participação obrigatória dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por

pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

Em 31 de dezembro 2015 o montante do saldo de fornecedores que se beneficiaram do convênio corresponde a R\$63.124.

21. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários e honorários	-	103	77.560	110.474
Férias provisionadas	-	-	112.334	118.450
Provisão 13º salário	-	-	11.510	8.375
Encargos sociais	287	274	53.567	41.087
Gratificações e participações de empregados	-	-	23.076	30.237
Outros	-	-	810	786
	287	377	278.857	309.409

- (i) Em 31 de dezembro de 2015, refere-se ao décimo terceiro salário do exercício de 2015 das subsidiárias no exterior cujo pagamento ocorre no ano subsequente.

22. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia é arrendatária em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

22.1 Operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, são apresentados a seguir:

	Consolidado
	31/12/2015
2016	117.966
2017	73.034
2018	61.027
2019	39.340
2020	32.763
mais de 5 anos	101.983
	426.112

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os pagamentos de arrendamentos operacionais reconhecidos como despesa totalizaram R\$123.104 (R\$103.021 em 31 de dezembro de 2014).

22.2 Financeiros

A Companhia contrata arrendamentos mercantis financeiros de equipamentos, de informática e imobiliário, destinados à manutenção de suas atividades.

A Companhia mantém controle dos bens arrendados os quais estão apresentados a seguir:

	Taxa média ponderada a.a	Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
Custo			
Veículos		237	311
Equipamentos e informática		6.909	1.773
		<u>7.146</u>	<u>2.084</u>
Depreciação acumulada			
Veículos	20%	(173)	(179)
Equipamentos e informática	33%	(1.209)	(954)
		<u>(1.382)</u>	<u>(1.133)</u>
		<u>5.764</u>	<u>951</u>

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme a seguir e foram registrados no passivo circulante e não circulante.

A expectativa para os pagamentos dos contratos de arrendamento mercantil em aberto está descrita no quadro a seguir:

	Consolidado		
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
2016	2.013	760	1.260
2017	1.991	756	1.234
2018	1.965	754	1.207
2019 em diante	3.009	1.214	1.795
	<u>8.979</u>	<u>3.484</u>	<u>5.495</u>

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são as práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas à restrição de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

23. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL	-	-	16.136	11.196
ISS	-	3	9.942	13.666
PIS e COFINS	763	5	27.595	8.922
Impostos parcelados	-	-	1.811	4.648
IRRF	160	1.320	7.115	4.815
Outros tributos a recolher (i)	8	39	26.976	16.170
	<u>931</u>	<u>1.367</u>	<u>89.575</u>	<u>59.417</u>
Circulante	931	1.367	87.678	56.234
Não circulante	-	-	1.897	3.183

(i) Refere-se basicamente a impostos retidos sobre consignação a favor de terceiros.

24. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação à tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

No Brasil, a atividade operacional da Companhia a expõe, por meio de ações movidas por colaboradores desligados, a contingências das quais a matéria em discussão está em fase de regulamentação, com a discussão do marco regulatório da terceirização. Em 23 de setembro de 2014 ocorreu mais um importante avanço com o tratamento dado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema com a decretação do sobrestamento das ações judiciais que questionam a licitude da terceirização de serviços pelas companhias telefônicas para os prestadores de serviços especializados, conforme prevista na Lei Geral das Telecomunicações. O sobrestamento decretado suspende as execuções e recursos das ações judiciais trabalhistas sem decisão definitiva em todas as instâncias até que seja julgada a repercussão geral.

Atualmente, no Brasil, não se dispõe de legislação específica sobre a terceirização e o Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema através da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (“TST”), que autoriza a terceirização de “atividade meio” das empresas. A não regulamentação legal da terceirização é questão que impacta todos os seguimentos da economia e a expectativa é de que normatização do assunto venha para compor não apenas a expectativa de trabalhadores, mas especialmente as necessidades para manter a saúde da economia do país.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

24.1 Contingências com perdas prováveis

	Consolidado					
	31/12/2014	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Reversão monetária
Tributário	90.244	7.753	(16)	(39.435)	9.441	(13.327)
Trabalhistas	96.151	60.913	(36.905)	(70.707)	1.068	-
Cíveis	820	4.535	(78)	(69)	73	-
Total	187.215	73.201	(37.000)	(110.211)	10.582	(13.327)
Circulante	24.421					
Não Circulante	162.794					

	Consolidado					
	31/12/2013	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	31/12/2014
Tributário	99.770	16.464	-	(27.276)	1.286	90.244
Trabalhistas	95.093	40.598	(30.048)	(9.724)	232	96.151
Cíveis	8.035	262	-	(7.428)	(49)	820
Total	202.898	57.324	(30.048)	(44.428)	1.469	187.215
Circulante	24.405					24.421
Não Circulante	178.493					162.794

24.1.1 Trabalhistas

Durante o exercício de 2015 a Companhia analisou e promoveu um aprimoramento na forma de estimar a provisão para contingências trabalhistas que consistiu na utilização de dados históricos dos processos desta natureza para o período de 36 meses antecedentes a 30 de setembro de 2015. Tais dados foram transferidos para o sistema Statistical Analysis System (“SAS”), onde aplicou-se sobre a população histórica a metodologia Value at Risk (“VaR”) que, por sua vez, trata-se de uma técnica estatística de mensuração e quantificação de risco, onde buscou-se determinar qual o nível de perda esperada com um nível de segurança de 90%.

Como consequência desta análise, foi efetuada uma reversão de R\$31.404, contabilizado no resultado da companhia.

Ainda durante o terceiro trimestre de 2015, dando continuidade à prática já adotada no primeiro e segundo trimestres de 2015, a Administração da Companhia promoveu a reversão de R\$9.508, referentes a valores provisionados para eventuais perdas em reclamações trabalhistas com pedido de vínculo com as empresas de Telecomunicação, baseada em parecer de seus assessores jurídicos externos, amparando-se na decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que, analisando a licitude da terceirização da atividade

de call center para as concessionárias de telecomunicações, determinou o: “sobrestamento de todas as causas que apresentem questão idêntica à que será resolvida com foros de repercussão geral no presente caso, sem prejuízo do término de sua fase instrutória, bem como das execuções já iniciadas”. O ministro Teori Zavascki nos embargos de declaração contra essa decisão esclareceu ainda que tal medida: “além de buscar preservar a eficácia jurídica de dispositivo presumidamente constitucional até o julgamento final do caso, a medida de sobrestamento foi deferida para evitar que os litigantes envolvidos em causas idênticas fossem especialmente prejudicados pela dinâmica recursal observada na justiça trabalhista, que exige depósitos antecipados como condição para o exercício do direito de recurso”.

O saldo remanescente de reversões ocorridas no exercício em 31 de dezembro de 2015 está relacionado ao fluxo normal de encerramento de ações, destacando-se que houve uma redução de 12% no número de processos ativos passando de 25.904 em 31 de Dezembro de 2014 para 23.230 em 31 de Dezembro de 2015.

24.1.2 Tributárias

As contingências tributárias consolidadas e classificadas como perda provável, envolvem principalmente os seguintes processos:

Multiplicador FAP: a partir de 1º de janeiro de 2010, a Previdência Social do Brasil, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”). O FAP tem como base a dicotomia “bonus - malus” e seu valor varia entre 0,5% e 2,0% sobre a alíquota do encargo previdenciário referente ao Risco Ambiental do Trabalho (“RAT”), conforme o maior ou menor grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho, respectivamente.

A Contax está questionando, judicialmente, a aplicação do multiplicador FAP, pois há diversas ofensas à Constituição Federal do Brasil e à legislação ordinária, na metodologia desenvolvida pela Previdência Social do Brasil.

Em 11 de fevereiro de 2010, foi obtida liminar para realização de depósito judicial do montante decorrente da diferença advinda do multiplicador FAP. Aguarda-se análise do pedido liminar quanto ao mérito da exigência para suspensão do pagamento da referida diferença, até decisão final.

Em setembro de 2015, o Governo publicou normas (Resolução CNPS nº 1.327/2015) alterando a sistemática de apuração do tributo, devendo ser considerado o multiplicador de forma individualizada por estabelecimento da empresa. A mudança de estimativa de forma prospectiva, resultou na reversão parcial da provisão no montante correspondente à R\$ 49.637.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante provisionado referente a este risco tributário corresponde a R\$ 50.904 (R\$83.961 em 31 de dezembro de 2014).

24.1.3 Cíveis

A Companhia possui processos cíveis, os quais na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível ou provável, sendo que apenas uma demanda merece

destaque:

Ação de indenização: serviços contratados da antiga GPTI tendo valor provisionado de R\$4.073

24.2 Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia possui contingências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2015 as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Tributária	293.387	323.905
Trabalhistas	182.886	168.608
Cíveis	2.846	18.884
	<u>479.120</u>	<u>511.397</u>

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 Capital social

No período findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado era de R\$181.637.683,90 (cento e oitenta e um milhões, seiscentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa centavos), representados por 345.767.870 ações escriturais, nominativas e sem valor nominal, ordinárias e preferenciais, a saber:

	Quantidade		Participação do capital			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Ordinárias	119.725.707	119.725.707	63.573	35%	63.573	35%
Preferenciais	226.042.163	226.042.163	118.065	65%	118.065	65%
	<u>345.767.870</u>	<u>345.767.870</u>	<u>181.638</u>	<u>100%</u>	<u>181.638</u>	<u>100%</u>

As ações preferenciais poderão representar até dois terços do total das ações emitidas pela Companhia, podendo em sua emissão ser alterada a proporção anterior existente entre ações ordinárias e preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

Ao detentor de cada ação ordinária é conferido o direito a um voto nas assembleias gerais de acionistas da Companhia. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da assembleia geral de acionistas são tomadas por votos de titulares de ações ordinárias. Os

votos em branco não são computados.

As ações preferenciais emitidas pela Companhia conferem a seus titulares o direito a voto restrito, exclusivamente as seguintes matérias: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, conforme definido no regulamento do nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tem interesse, sempre que por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em assembleia geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento do nível 2 da BMF&Bovespa, devendo tal direito a voto prevalecer enquanto estiver em vigor o contrato de participação no nível 2, sendo-lhes assegurada prioridade no reembolso em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de (i) 6% ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número de ações da Companhia ou (ii) 3% do valor do patrimônio líquido da ação, prevalecendo o que for maior entre estas duas condições.

Os titulares de ações preferenciais poderão adquirir direitos de voto irrestritos a partir do momento em que a Companhia deixar de pagar dividendos durante 3 anos consecutivos. Os direitos de voto perduram até que os dividendos sejam devidamente pagos.

Em 2 de abril de 2013, os acionistas, por meio de uma assembleia geral extraordinária, aprovaram a implantação do programa de emissão de certificados de depósitos de ações (“Units”), onde Cada Unit é representativa de 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais de emissão da Contax (“Múltiplos de Ações”) e negociada por meio do código CTAX11

25.1.1 Composição do capital social por natureza

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ações ordinárias	119.725.707	119.725.707
Ações em tesouraria	(1.365.970)	(1.358.300)
Ações em circulação	118.359.737	118.367.407

25.1.2 Movimentação das ações em circulação

	Consolidado	
	Quantidade de ações em circulação	
	31/12/2015	31/12/2014
Ações no início do exercício	118.367.407	119.373.696
Compra de ações (tesouraria)	(7.670)	(1.006.289)
Ações no final do exercício	118.359.737	118.367.407

25.2 Ações em tesouraria

A Companhia possui 1.365.970 ações de sua própria emissão em tesouraria, com custo médio de R\$14,69 (quatorze reais e sessenta e nove centavos) por ação, com valor de mercado correspondente a R\$3.188. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme autorizado pelo Conselho de Administração, a Companhia adquiriu 865.385 ações de sua própria emissão a um custo de R\$9.358, tendo como objetivo a manutenção das ações em tesouraria para eventual atendimento ao disposto nos planos de opção de compras de ações. No terceiro trimestre a Companhia movimentou 822.116 ações no valor de R\$ 12.077 como parte do pagamento da contraprestação referente a compra dos minoritários da controlada TODO e 33.438 ações no valor de R\$491 referente ao exercício do 2º plano de ações.

25.3 Composição do capital social por titularidade

A posição acionária dos maiores acionistas, administradores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia é apresentada a seguir:

Acionistas	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Maiores acionistas</u>				
CTX Participações S.A.	66.318.675	55,39	66.318.675	55,39
Fundo Verde - Credit Suisse Hedging Griffo	11.198.740	9,35	15.223.290	12,72
Skopos Investimentos Ltda.	10.692.460	8,93	10.692.460	8,93
Previ	2.788.050	2,33	3.902.250	3,26
Funcef	3.069.598	2,56	3.069.598	2,56
Fundação Atlantico de Seguridade Social	1.094.747	0,91	1.094.747	0,91
<u>Administradores</u>				
Conselho da administração	-	-	240.475	0,20
Diretoria	-	-	24.577	0,02
Ações em tesouraria	1.365.970	1,14	1.358.300	1,13
Outros	23.197.467	19,38	17.801.335	14,88
	<u>119.725.707</u>	<u>100,00</u>	<u>119.725.707</u>	<u>100,00</u>

A posição acionária dos acionistas detentores de mais de 5% do capital votante é apresentada a seguir:

Acionistas	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%
CTX Participações S.A.	66.318.675	55,39	66.318.675	55,39
Fundo Verde - Credit Suisse Hedging Griffo	11.198.740	9,35	15.223.290	12,72
Skopos Investimentos Ltda.	10.692.460	8,93	10.692.460	8,93
Outros	31.515.832	26,32	27.491.282	22,96
	<u>119.725.707</u>	<u>100,00</u>	<u>119.725.707</u>	<u>100,00</u>

A Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no seu estatuto social.

25.4 Distribuição do lucro

Em decorrência do prejuízo acumulado no exercício não houve distribuição de lucro.

25.5 Reserva de Capital

A reserva de capital em 31 de dezembro de 2015 apresenta o saldo zero devido a absorção do prejuízo do exercício no montante de R\$85.613 (R\$93.155 em 31 de dezembro de 2014)

25.6 Outras reservas

As Outras reservas apresenta saldo negativo de R\$ 33.237, referente o ágio constituído na aquisição de participação adicional de 20% das ações da controlada TODO Soluções em Tecnologia S/A.

25.7 Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que a reserva estatutária será constituída com o objetivo de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como para reforçar seu capital de giro.

Conforme facultado pelo art.193, §1º; em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não destinou parte dos lucros auferidos para a reserva legal, visto que a soma dos saldos da reserva legal e da reserva estatutária ultrapassam o percentual equivalente a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2015 as reservas de lucros foram absorvidas pelo prejuízo acumulado do exercício no montante de R\$100.862

25.8 Remuneração dos acionistas

O estatuto social da Companhia estabelece que as ações preferenciais tenham direito ao recebimento, até o limite dos lucros e reservas disponíveis, a um dividendo não cumulativo, correspondente ao maior valor apurado entre:

- (i) seis por cento do resultado da divisão do capital social subscrito pelo valor total das ações, e
- (ii) três por cento do valor patrimonial de cada ação (“dividendo preferencial”), o que for maior entre eles.

Havendo lucro adicional passível de distribuição, a Companhia está obrigada a distribuir a todos os acionistas um valor igual a, no mínimo, vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado (“dividendo obrigatório”), conforme requerido pela Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações. Desta forma, a Companhia é obrigada a pagar o dividendo obrigatório aos titulares de ações preferenciais, na medida em que os dividendos de ações preferenciais forem pagos. O pagamento do dividendo obrigatório poderá se limitar ao lucro líquido realizado do exercício, contanto que a diferença seja registrada como reserva

não realizada.

O lucro líquido registrado como reserva de lucros a realizar, quando realizado e, desde que não seja compensado por prejuízos de anos subsequentes, deverá ser acrescentado ao primeiro dividendo declarado, após a respectiva realização.

A Companhia poderá efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições acima mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 29 de dezembro de 2015, seus acionistas aprovaram a suspensão do pagamento no ano de 2015, dos dividendos declarados na assembleia geral ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, no montante de R\$ 24.162, tendo em vista a modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração.

A remuneração dos acionistas foi determinada conforme apresentado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(226.778)	96.646
Base de cálculo dos dividendos	-	96.646
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	24.162
Remuneração excedente ao dividendo mínimo obrigatório	-	72.484
Remuneração dos acionistas no exercício	-	96.646
Percentual de remuneração sobre a base de cálculo	-	100,00%
Dividendos pagos por ação	-	0,00082
Pagamentos de dividendos relativos à 2013	-	102.044
Pagamentos efetuados no exercício	-	102.044

26. RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta	3.445.017	3.727.967
Impostos sobre as vendas		
COFINS	(81.405)	(97.224)
ISS	(86.815)	(99.331)
INSS	(49.521)	(58.094)
ICMS	(274)	-
PIS	(17.618)	(21.087)
Receita operacional líquida	3.209.384	3.452.231

27. RESULTADO POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos serviços prestados		
(Reversão) provisão de contingências	1.974	38.161
Serviços de terceiros	275.091	191.903
Depreciação/amortização	165.709	144.546
Salários e benefícios a empregados	2.298.314	2.291.647
Honorários	-	-
Energia elétrica	70.483	62.704
Aluguéis e seguros	175.099	154.726
Marketing e patrocínios	2.369	1.758
Outros	18.907	14.133
	3.007.947	2.899.578

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com vendas		
(Reversão) provisão de contingências	0	-
Serviços de terceiros	3.057	5.570
Depreciação/amortização	145	4
Salários e benefícios a empregados	6.112	4.915
Honorários	-	-
Energia elétrica	-	-
Aluguéis e seguros	5	-
Marketing e patrocínios	4.169	7.009
Outros	1.975	46
	<u>15.463</u>	<u>17.544</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas administrativas				
(Reversão) provisão de contingências	41	131	467	19.117
Serviços de terceiros	2.544	1.421	95.017	68.343
Depreciação/amortização	-	-	34.837	28.909
Salários e benefícios a empregados	586	278	186.330	163.365
Honorários	1.091	1.298	1.091	1.298
Energia elétrica	-	-	3.444	2.456
Aluguéis e seguros	64	114	18.590	16.693
Marketing e patrocínios	784	520	3.722	13.721
Outros	22	13	13.638	4.917
	<u>5.132</u>	<u>3.775</u>	<u>357.137</u>	<u>318.819</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pagamento baseado em ações				
Remuneração baseada em ações	394	476	394	476
	<u>394</u>	<u>476</u>	<u>394</u>	<u>476</u>

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas				
Reversões de provisão para contingências ⁽ⁱ⁾	-	-	2.374	28.415
Reversão de dividendos expirados	5.400	-	5.400	-
Reversão de obrigação de repasse aos acionistas	25.705	-	25.705	-
Subvenção ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	20.537	-
Despesas recuperadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	205	168	54.110	21.609
Venda de imobilizado	-	-	851	25
Outras	-	-	2.648	214
	<u>31.310</u>	<u>168</u>	<u>111.626</u>	<u>50.263</u>
Despesas				
Provisões para contingências	(12)	-	(4.656)	(2.982)
IPTU	-	-	(7.515)	(7.165)
Custo de imobilizado baixado	-	-	(500)	-
Outras	(580)	(191)	(26.812)	(16.649)
	<u>(593)</u>	<u>(191)</u>	<u>(39.483)</u>	<u>(26.796)</u>
	<u>30.717</u>	<u>(23)</u>	<u>72.143</u>	<u>23.467</u>

(i) Referem-se às reversões de contingências de natureza cível e fiscal, cujas provisões foram registradas nessa linha.

(ii) Refere-se a subvenção governamental recebida pelas subsidiárias Stratton Chaco e Stratton Nea situadas na província de Chaco na Argentina.

(iii) Refere se principalmente á reversão da contingencia fiscal FAP. (Nota explicativa 24)

29. DESPESAS COM REMUNERAÇÃO DE COLABORADORES

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração fixa	1.428.031	1.405.048
Encargos sociais	561.305	528.507
Benefícios	245.371	254.713
Participação dos empregados nos lucros	18.153	24.114
Remuneração variável	176.260	193.398
Pagamento baseado em ações	394	476
Outros	62.728	55.445
	<u>2.492.243</u>	<u>2.461.701</u>

30. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	1.711	1.557	32.610	29.094
Juros e atualização monetárias sobre outros ativos	298	1.985	17.517	15.018
Instrumentos financeiros (i)	-	-	31.950	10.470
Juros sobre debêntures	165.622	955	-	955
Outras	454	97.819	3.646	8.936
	<u>168.085</u>	<u>102.316</u>	<u>85.723</u>	<u>64.473</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(154.274)	(99.514)	(154.274)	(99.514)
Juros sobre financiamento	(611)	-	(11.312)	(23.671)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(4.822)	(1.013)	(56.586)	(19.316)
Juros e atualização monetária de contingências	-	-	(1.114)	(1.470)
Comissão carta de fiança	(743)	(960)	(4.648)	(4.519)
Outras	(4.342)	(3.652)	(52.540)	(9.835)
	<u>(164.793)</u>	<u>(105.139)</u>	<u>(280.474)</u>	<u>(158.325)</u>

- (i) Refere-se a marcação a mercado da contraprestação contingente decorrente da aquisição dos acionistas minoritários da TODO.

31. LUCRO POR AÇÃO

O estatuto social da Companhia assegura aos acionistas detentores de ações preferenciais a seguinte vantagem, entre outras: pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de:

- (a) 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número de ações da Companhia; ou
- (b) 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação;

Prevalecendo o que for maior entre (a) e (b).

O lucro ou prejuízo por ação foi calculado observando-se os requerimentos da Deliberação CVM nº 553/08, bem como as disposições do estatuto social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			
	31/12/2015		31/12/2014	
Numerador				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(226.778)		96.646	
Dividendo preferencial conforme estatuto social	-		11.873	
Dividendo preferencial inserido no dividendo mínimo obrigatório ⁽¹⁾	-		15.796	
⁽¹⁾ Como a parcela dos dividendos mínimos obrigatórios destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais é superior ao mínimo inserido no estatuto social, este último não afeta a distribuição do lucro gerado no ano.				
Lucro (prejuízo) a ser distribuído	(226.778)		96.646	
Ações ordinárias emitidas	119.725.707	35%	119.725.707	35%
Ações preferenciais emitidas	226.042.163	65%	226.042.163	65%
	345.767.870	100%	345.767.870	100%
Numerador por tipo de ação:				
Ações ordinárias	(78.524)		33.465	
Ações preferenciais	(148.254)		63.181	
Número médio ponderado de ações em circulação - básico				
Ações ordinárias	118.122.497		118.122.497	
Ações preferenciais	224.909.489		224.909.489	
Lucro (prejuízo) líquido por ação - básico em R\$				
Ações ordinárias	(0,66477)		0,28331	
Ações preferenciais	(0,65917)		0,28092	
Número de ações potenciais				
Ações ordinárias	100.573		100.573	
Ações preferenciais	402.292		402.292	
Número médio ponderado de ações em circulação diluído				
Ações ordinárias	118.223.070		118.223.070	
Ações preferenciais	225.311.781		225.311.781	
Lucro (prejuízo) líquido por ação - diluído em R\$				
Ações ordinárias	(0,66420)		0,28306	
Ações preferenciais	(0,65799)		0,28042	

32. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

As opções de compra de ações da Companhia têm como objetivo a outorga de opção para subscrição UNITS. O plano foi criado com o objetivo de atrair executivos altamente qualificados, para a Companhia, bem como incentivar o desempenho e favorecer a retenção dos executivos, que uma vez beneficiados pelos resultados para os quais tenham contribuído, constituirão um maior alinhamento de interesses com os acionistas e um consequente compartilhamento de riscos do mercado de capitais.

Os planos constituem negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não criam qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os beneficiários.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste, por um Comitê de Gestão de Pessoas que será composto por três membros do Conselho de

Administração, sendo pelo menos um deles necessariamente membro efetivo do mesmo Conselho, o Diretor Presidente da Companhia e um membro externo.

Os membros do Conselho de Administração ficam impedidos de votar nas deliberações relativas a Programas nos quais sejam contemplados como beneficiários.

Para atender ao exercício das ações, a Companhia poderá emitir novas ações ou utilizar ações mantidas em tesouraria.

A posição das ações restritas outorgadas em aberto em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

Plano	Instrumento	Outorga	Data		Quantidade		Outorga		
			Início do exercício	Final do exercício	Opções outorgadas	Opções em aberto	Valor justo da opção	Preço de exercício	Cotação em 30/12/2015
1o Plano	CTAX3	14/11/2012	14/11/2012	14/11/2018	1.340.000	1.340.000	3,72	3,80	0,12
2o Plano	CTAX11	07/05/2014	07/05/2015	06/05/2020	100.573	67.135	16,80	14,69	0,36
3o Plano	CTAX11	01/08/2015	01/08/2016	01/08/2021	453.429	453.429	4,45	2,37	0,36

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreram exercícios de 33.438 ações no valor de R\$491 referente ao 2º plano de opções. A posição comparativa de opções em aberto na data destas demonstrações contábeis está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Plano 1	1.340.000	1.340.000
Plano 2	67.135	100.573
Plano 3	453.429	-

Como o benefício concedido são ações, o valor justo considerado foi o próprio valor da ação na data de outorga.

No resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecida uma despesa de R\$394 (R\$476 em 31 de dezembro de 2014).

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso das operações da Companhia, direito e obrigações são contraídos entre partes relacionadas, oriundos de serviços prestados, transferência de recursos financeiros de forma onerosa, etc. Tais direitos e obrigações são necessariamente pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, baseadas em contrato.

Todos os direitos entre controladora e controladas foram divulgados, assim como da Companhia e suas controladas com partes relacionadas não consolidadas nestas demonstrações financeiras.

Todas as transações entre as partes relacionadas consolidadas foram eliminadas para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

33.1 Transações com partes relacionadas consolidadas

A Companhia repassou os recursos financeiros obtidos por meio da emissão de debêntures às suas subsidiárias integrais Contax-Mobitel e Ability.

Os saldos referentes a esses repasses de recursos estão apresentados abaixo:

Controladora									
Contraparte	Série	Data de emissão	Quantidade de títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros atuais	Receita de Juros:		Ativo	
						31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contax-Mobitel	3ª Série	02/08/2011	1.660	16.600	105% CDI	3.193	2.319	26.091	22.897
Contax-Mobitel	4ª Série	03/01/2012	36.000	360.000	118% CDI	77.163	50.692	506.114	442.591
Contax-Mobitel	5ª Série	05/01/2012	4.000	40.000	118% CDI	6.308	6.245	37.586	54.359
Contax-Mobitel	6ª Série	11/10/2012	7.500	75.000	IPCA + 6,5%	15.414	10.730	98.307	88.736
Contax-Mobitel	6ª Série	11/10/2012	7.500	75.000	TJLP + 2,5%	5.044	5.463	54.235	68.971
Contax-Mobitel	7ª Série	19/02/2013	1.750	17.500	IPCA + 6,5%	3.597	2.504	22.938	20.705
Contax-Mobitel	7ª Série	19/02/2013	1.750	17.500	TJLP + 2,5%	1.177	1.275	12.652	16.093
Contax-Mobitel	8ª Série	20/03/2013	500	5.000	IPCA + 6,5%	1.030	715	6.554	5.916
Contax-Mobitel	8ª Série	20/03/2013	500	5.000	TJLP + 2,5%	336	364	3.615	4.598
Contax-Mobitel	9ª Série	29/11/2013	29.129	29.323	IPCA + 6,5%	7.327	2.010	35.680	26.787
Contax-Mobitel	9ª Série	29/11/2013	2.913	29.193	TJLP + 2,5%	1.959	3.357	21.059	30.451
Contax-Mobitel	10ª Série	29/08/2014	31.000	310.000	CDI + 1,20%	43.525	12.145	325.286	321.797
Ability	Única	12/12/2013	1.529	1.529	100% CDI	-	166	-	1.702
						166.073	97.985	1.150.117	1.105.603

Controladora									
Contraparte	Série	Data de emissão	Quantidade de títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros atuais	Despesas de Juros		Passivo circulante	
						31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contax-Mobitel	Única	23/05/2014	25.433	25.433	106% CDI	3.414	1.806	17.505	27.239
Contax-Mobitel	Única	13/06/2014	12.101	12.101	106% CDI	1.370	776	-	12.876
						4.784	2.582	17.505	40.115

As operações de mútuo entre as subsidiárias no exterior no período findo em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas abaixo:

Contraparte			
Credor	Devedor	Moeda	Saldo R\$ em 31/12/2015
Allus Peru	Stratton Argentina	Novo Sol (S/.)	250
Allus Peru	Stratton Peru	Novo Sol (S/.)	15.415
Stratton Peru	Allus Peru	Novo Sol (S/.)	697
Stratton Argentina	Stratton Chaco	AR\$	299
Stratton Argentina	Stratton Nea	AR\$	77
Stratton Argentina	Stratton RES	AR\$	22
Stratton Argentina	Allus Peru	AR\$	510
Stratton Argentina	Stratton Peru	AR\$	2.383
Stratton Chaco	Stratton Nea	AR\$	37
Stratton Nea	Stratton Argentina	AR\$	11.159

33.2 Outras partes relacionadas

Outras partes relacionadas que não fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas figuram como clientes e fornecedores da Companhia no curso normal de suas

operações.

A OI S.A. e suas subsidiárias são consideradas partes relacionadas da Companhia por serem controladas pelos mesmos grupos de acionistas (grupo de controle), mesmo essa relação se dando de forma indireta por meio da controladora CTX Participações S.A.

Os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 das operações com esses clientes e fornecedores estão apresentados a seguir:

						Consolidado
						31/12/2014
31/12/2015						31/12/2014
Ativo		Passivo	Ativo		Passivo	
Contas a receber	Crédito a receber - contingência (i)	Fornecedores	Contas a receber	Crédito a receber - contingência (i)	Fornecedores	
Oi Fixa	-	-	32.503	7.780	(3.307)	
Oi Móvel	-	-	5.515	-	-	
Oi S.A.	-	-	1.587	-	-	
Brasil Telecom Móvel	-	-	-	-	-	
Brasil Telecom Multimídia	-	-	-	-	-	
Iguatemi	-	-	4.082	-	-	
Paggo Administradora de Crédito	-	-	41	-	-	
PT Sistemas de Informação	-	-	-	-	-	
Total	-	-	43.728	7.780	(3.307)	

- (i) De acordo com o contrato de prestação de serviços firmado entre a Oi Fixa e a Contax, foi definido que ações de natureza trabalhista, originadas por migração de contratos de trabalho são de responsabilidade daquela entidade, cujo montante foi registrado em contrapartida de “Créditos a receber”. O montante de contingência trabalhista de responsabilidade da Oi Fixa é de R\$7.780 (R\$7.780 em 31 de dezembro de 2014).

Nos documentos e atos societários da Oi datado de 1º de setembro de 2015, quando foi aprovada a reestruturação societária da mesma e o término dos acordos de acionistas, não há mais um acionista controlador na Oi, sendo o controle pulverizado no mercado, portanto, deixa de ser, a partir de então, classificada e/ou reconhecida como Partes Relacionadas, sendo que o último trimestre de 2015 não foram reportados desta forma.

Os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 das operações com esses cliente e fornecedores que figuram na demonstração de resultado da Companhia estão apresentados a seguir:

					Consolidado
					31/12/2014
31/12/2015					
Receita de serviços	Custo dos serviços	Receita de serviços	Custo dos serviços		
Oi Fixa	721.340	(21.141)	1.029.931	(28.658)	
Oi Internet	22.821	-	30.927	-	
Oi Móvel	249.842	(7.246)	292.076	(1.730)	
Oi S.A.	31.105	-	82.771	(738)	
Brasil Telecom Móvel	-	(688)	197.584	(654)	
Iguatemi	441	-	540	-	
Paggo Administradora de Crédito	23	-	618	-	
Total	1.025.572	(29.075)	1.634.447	(31.780)	

33.3 Avais concedidos

Em 31 de Dezembro de 2015 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

33.4 Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os membros da diretoria executiva. Em 31 de Dezembro de 2015 este grupo está composto por 14 profissionais (17 profissionais em 31 de Dezembro de 2014).

O total da despesa com remuneração e benefícios a esses profissionais, estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Salários e encargos	7.821	3.427
Honorários	1.508	1.298
Participação nos lucros	-	572
Plano de opção de compra de ações	319	476
	<u>9.648</u>	<u>5.773</u>

O valor da participação nos lucros pago a cada diretor em qualquer exercício social está relacionado principalmente ao desempenho da Companhia e na avaliação de desempenho individual.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo Contax não concedeu empréstimos de curto prazo, tampouco concedeu garantias em nome dos profissionais que compõem o pessoal-chave ou de membros de suas respectivas famílias.

Os membros suplentes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal são remunerados de acordo com suas participações nas reuniões, não têm vínculo empregatício com a Companhia e não prestam serviços a esta de qualquer natureza.

34. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo Contax possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional do Grupo Contax. Todas as apólices de seguro do Grupo Contax são renováveis automaticamente.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros para o Grupo Contax, estão contratadas conforme demonstrados no quadro abaixo:

		Consolidado
		31/12/2015
Bens segurados	Importâncias seguradas	Vencimento
Responsabilidade civil de diretores e administradores	50.000	14/08/2016
Patrimônio / Lucros cessantes	250.000	14/08/2016
Responsabilidade civil geral	10.000	14/08/2016

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Conforme fato relevante datado de 19 de janeiro de 2016, foram realizadas as assembleias gerais de debenturistas das 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures da Companhia, nas quais foram confirmadas as condições para o alongamento do endividamento financeiro da Companhia, sujeitas à verificação do cumprimento das condições de eficácia. Em 04 de fevereiro de 2016, foram aprovadas as condições de alongamento das debêntures emitidas originalmente pela CTX, que foram assumidas integralmente pela Contax Participações S.A. Em razão da aprovação do alongamento pelos debenturistas da 2ª emissão, as debêntures das 1ª, 2ª e 3ª emissões passarão a ter vencimentos finais unificados em dezembro de 2021, sendo que (i) as debêntures da 1ª e 3ª emissões serão amortizados em 16 parcelas trimestrais com início em março de 2018 e (ii) as debêntures da 2ª emissão serão amortizadas em 48 parcelas mensais e sucessivas com início em 15 de janeiro de 2018.

Adicionalmente, os debenturistas da 1ª emissão de debêntures decidiram postergar os vencimentos de parcela da amortização de principal e da remuneração das debêntures de 20 de janeiro de 2016 para 26 de fevereiro de 2016. Em 24 de fevereiro de 2016 em nova assembleia realizada os debenturistas da 1ª emissão de debêntures decidiram prorrogar os vencimentos para o dia 21 de março de 2016 e os debenturistas da 3ª emissão de debêntures decidiram prorrogar os vencimentos para o dia 22 de março de 2016. No dia 15 de março de 2016, a Companhia divulgou fato relevante informando que foram verificadas o cumprimento das condições de eficácia, e com o reperfilamento da dívida, o valor referente a estes pagamentos foram incorporados no valor total reperfilado.

35.2. Em 18 de fevereiro de 2016 a Companhia comunicou aos seus acionistas, investidores e ao mercado em geral que seu Conselho de Administração, aprovou submeter à apreciação e aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, a ser convocada e realizada oportunamente, proposta de grupamento da totalidade das ações ordinária e preferenciais representativas do capital social da Companhia. A proposta do Conselho de Administração consiste no grupamento da totalidade das 345.767.870 ações escriturais de emissão da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 119.725.707 ações ordinárias e 226.04.163 ações preferenciais, na proporção de 100 ações de cada espécie para 1 ação da respectiva espécie, sem modificação do valor do capital social da Companhia, de acordo com o previsto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2016, bem como pela Diretoria Executiva em 23 de março de 2016.

Diretoria

Nelson Armbrust	Diretor Presidente
Daniel de Andrade Gomes	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Giulio Salomone	Diretor de Operações
Cristiane Almeida de Souza Cé	Diretora Jurídica e <i>Compliance</i>

Conselho de Administração

Shakhaf Wine	Titular / Presidente do Conselho de Administração
Alexandre Jereissati Legey	Titular
Fernando Magalhães Portella	Titular
Fernando Antonio Pimentel de Melo	Titular
Renato Torres de Faria	Titular
Armando Galhardo Nunes Guerra Junior	Titular
Marina Arantes Braga Prado	Titular / Independente
Alexandre Assis Novo	Suplente
Guido Barbosa de Oliveira	Suplente
Marcio de Araújo Faria	Suplente
Matias Ezequiel Aron	Suplente
Rafael Cardoso Cordeiro	Suplente

Conselho Fiscal

Marco Tulio de Oliveira Alves	Titular / Presidente do Conselho Fiscal
Aparecido Carlos Correia Galdino	Titular
Bruno Cabral Bergamasco	Titular
Marcio Magno de Abreu	Titular
Flávia Maria de Araújo Dini Braia Rosa	Suplente
Newton Brandão Ferraz Ramos	Suplente
Rafael Lopes Rodrigues	Suplente
Sidnei Nunes	Suplente

Paulo Cesar Picolli
Contador CRC SP-165645/O-6
CPF nº 092.217.708-26

José Carlos Peluso
Diretor Global de Controladoria